



**PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA FINAL
PROJETO ADAPTAÇÃO AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Maio de 2013



**Globus- Consultoria
Equipa de Consultores:
Olinto Daio
Dilson Tiny
Idalécio Viana**

UNDP Project	Adaptação as Mudanças Climáticas
Project ID	00058436
Evaluation Time	
Country	São Tomé & Príncipe
Executing Agency	Direção Geral do Ambiente
Evaluation Team Member	Olinto Daio, Dilson Tiny, Idalécio Viana
Firm	Globus Consultoria São Tomé e Príncipe

Agradecimentos

A Globus agradece a todos os interlocutores, envolvidos no processo de avaliação, pelo contributo dado pois, sem o qual a realização deste trabalho não seria possível. O clima de diálogo, abertura e disponibilidade foram aspetos determinantes para a sua concretização.

Abreviatura e Acrónimos

AAP	Adaptação as Mudanças Climáticas
Conprec	Conselho Nacional para a preparação e respostas as Catástrofes Naturais
CPAP	Plano de Acção do Programa do País
CPD	Programa País
ENRP	Estratégia Nacional de Redução da Pobreza
GEF	Fundo Global para o Meio Ambiente
INM	Instituto Nacional de Meteorologia
PNUD	Programa das Nações Unidas Para O Desenvolvimento
RDSTP	República Democrática de São Tomé e Príncipe
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SIGNA	Sistema de Informação Geográfica Nacional

Índice

1. SUMARIO EXECUTIVO	5
2. INTRODUÇÃO	9
2.1. OBJETIVO DA AVALIAÇÃO	9
2.2. AS QUESTÕES CHAVES DE AVALIAÇÃO	9
2.3. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO	11
2.4. ESTRUTURA DO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO.....	13
3. O PROJETO E O SEU CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO	14
3.1. INÍCIO DO PROJETO E A SUA DURAÇÃO	14
3.2. OS DESAFIOS QUE O PROJETO PROCURA RESPONDER.....	14
3.3. OBJETIVOS E FINS DO PROJETO.....	15
3.4. OS <i>STAKEHOLDERS</i>	16
3.5. RESULTADOS DOS ESPERADOS	16
4. CONSTATAÇÕES	19
4.1. FORMULAÇÃO DO PROJETO	19
4.1.1. <i>Processo de Formulação</i>	19
4.1.2. <i>Pertinência em relação aos Documentos de referência e planificação do País</i>	19
4.1.3. <i>Participação dos Stakeholders</i>	22
4.1.4. <i>Abordagem de replicação</i>	23
4.1.5. <i>Rentabilidade/cost effectiveness</i>	23
4.1.6. <i>Ligação do Programa com outros intervenientes no sector</i>	23
4.1.7. <i>Indicadores</i>	24
4.2. IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO	24
4.2.1. <i>Desembolsos</i>	24
4.2.2. <i>Gestão Financeira</i>	24
4.2.3. <i>Seguimento e avaliação</i>	26
4.2.4. <i>Modalidade de Implementação</i>	27
4.2.5. <i>Coordenação com outros parceiros e questões operacionais</i>	27
4.3. RESULTADOS	28
4.3.1. <i>Realização de Produtos/objetivos</i>	28
4.3.2. <i>Sustentabilidade</i>	36
4.3.3. <i>Reprodutibilidade</i>	37
5. APRECIÇÃO GLOBAL DO PROJETO	38
6. LIÇÕES APREENDIDAS	39
7. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	39
7.1. CONCLUSÕES	39
7.2. RECOMENDAÇÕES.....	41
8. BIBLIOGRAFIA	44
9. ANEXOS	45
9.1. ANEXO I - LISTA DAS PESSOAS CONTACTADAS.....	45
9.2. ANEXO II - GUIÃO DE ENTREVISTAS.....	46

Índice de Tabelas

Tabela 1-Progressos em relação aos objetivos do Projeto.....	11
Tabela 2 - Progresso na Implementação do Projeto	11
Tabela 3 - Matriz lógica do Projeto - O projeto preconizava 5 produtos nomeadamente	17
Tabela 4 - Matriz de Coerência do Projeto com os Documentos de Planificação do PNUD e do País	19
Tabela 5 - Mapa de Execução Orçamental.....	25
Tabela 6 – Execução das despesas por ano	26
Tabela 7 - Matriz da Performance do Projeto	34
Tabela 8 - Classificação para a Performance do Projeto	38
Tabela 9 - Lista das Pessoas Contactadas	45

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Distribuição da execução financeira do projeto por Produtos	25
Gráfico 2 - Distribuição da execução financeira do projeto por Ano.....	26

1. Sumario Executivo

O presente relatório resume o trabalho da missão de avaliação final ao Projeto de Adaptação as Mudanças Climáticas, que consistiu em analisar a experiência do projeto e aferir em que medida o mesmo realizou os objetivos a que se propôs.

Breve descrição do Projeto

O projeto Adaptação as Mudanças Climáticas tinha como objetivo apoiar o Governo de São Tomé e Príncipe na implementação da sua estratégia de adaptação a longo prazo para gerir incertezas inerentes às mudanças climáticas através de uma abordagem integrada por via da liderança, da demonstração e do reforço das capacidades.

O ciclo de vida do Projeto inicialmente previsto no acordo do projeto era de 2 anos, com início em Março de 2010 e final para Dezembro de 2011. No entanto, tendo em conta alguns atrasos verificados na organização da equipa da coordenação regional e de algumas ações, o prazo de finalização foi alargado para 31 de Dezembro de 2012.

Contexto e objetivos da avaliação

Uma vez chegado ao término do projeto, foi solicitada uma avaliação externa final ao projeto controlada pelos escritórios do PNUD em São Tomé e Príncipe, cujo objetivo principal consiste em aferir com base em evidências, em que medida os objetivos/produtos/atividades foram realizados tendo em conta os resultados preconizados e identificar as razões que impediram ou facilitaram o bom desempenho do projeto.

Nesse contexto, a missão de avaliação tinha por objetivo: elaborar um relatório de sobre os níveis dos progressos da implementação do Projeto em relação aos objetivos fixados; destacar os progressos atingidos em relação aos recursos utilizados com vista a apreciar a eficácia do projeto ; avaliar os progressos em termos de obtenção dos efeitos do projeto; analisar a pertinência dos progressos em relação aos objetivos nacionais.

A avaliação seguiu uma abordagem metodológica participativa, envolvendo o estudo documental e entrevistas com personalidades chave do projeto e beneficiários.

As principais constatações da avaliação estruturam-se em torno das questões que se prendem com a formulação do projeto, a implementação e os resultados.

Principais Constatações

Formulação do projeto

- **Pertinência**- Em observância aos documentos de referência do PNUD e do País em matéria de planificação e programação, o projeto apresenta um bom nível de coerência. Essa forte interligação pode ser observada na análise do UNDAF, CPAP, CPD, as metas do OMD e da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza. Nesse sentido, conclui-se que o projeto está alinhado com as prioridades do governo de São Tomé e Príncipe, e concorre para a estratégia de convergência de esforço no sentido de encontrar soluções para o desenvolvimento sustentado do país;
- **Participação** - A formulação e o desenho do projeto envolveu diversos *stakeholders* aos quais incluíram sociedade civil, ONG's, instituições públicas, privadas e particulares. Esse envolvimento iniciou-se desde a elaboração dos documentos

estratégicos do país em matéria das mudanças climáticas (NAPA e Comunicações Nacionais) que antecedeu a conceção do projeto até a sua implementação. Podemos constatar através das entrevistas que o processo de envolvimento dos moradores das comunidades na realização das atividades foram determinantes para o sucesso do projeto e por outro lado teve a vantagem de transferência de conhecimento que permitirá a continuidade das atividade ora realizadas pelo projeto;

- **Seguimento e avaliação** - O projeto estabeleceu metas a serem atingidas no decurso da sua implementação, as quais foram específicas, mensuráveis, no entanto, em alguns casos não foram realísticas tendo em conta o horizonte temporal inicialmente estabelecidos;

Implementação do Projeto

- Tanto o PNUD como as Autoridades Governamentais demonstraram uma orientação para o resultado e um compromisso com a missão. Contudo, tratando-se de um projeto piloto e com pessoas vindos de sectores diferente foi necessário algum tempo para assimilar o conceito do projeto e acordarem a melhor forma de operacionalizar.
- O trabalho no terreno desenvolvido pela coordenação do projeto envolvendo ela mesma em determinadas tarefas constituiu um mecanismo de motivação, entusiasmo e engajamento das comunidades em que o projeto teve intervenção.

Resultados – no que toca aos resultados do projeto a avaliação constatou o seguinte:

- Tratando-se de um projeto piloto, os progressos conseguidos em termos de resultados globais foram bastante positivos.
- A implementação das atividades responderam aos objetivos, no entanto deparou-se com alguns constrangimentos que limitou o seu desempenho, derivado do fato de a abordagem do projeto não ter sido devidamente assimilada logo no início do projeto e o horizonte temporal ser muito curto;
- O projeto realizou várias ações de reforço de capacidade disseminou diversas informações. No entanto, o fato de a estratégia de comunicação ter sido elaborada tardiamente condicionou o impacto da mesma;
- As atividades do projeto e as técnicas estão a ser replicadas por outros projeto em curso e pela própria Direção do Ambiente;
- Algumas atividades já implementadas pelo projeto os riscos que podem comprometer a sustentabilidade dos resultados são moderadas;
- Apesar de os feitos do projeto estarem adstritos as direções de tutela, não existe evidência de orçamentação por parte do OGE visando especificamente a continuação das referidas atividades;
- O quadro legal, político, a estrutura de governação e o processo ao qual desenvolveu o projeto foi adequado para a continuação das atividades do projeto; Apesar das direções técnicas terem sido envolvidas, em alguns casos não foram executores diretos do projetos;
- O projeto teve um desempenho satisfatório em termos da performance global em relação ao objetivo.

Principais Lições

- O tempo estipulado para a execução do projeto deve ser compatível com o tempo necessário para a execução do mesmo e atender ao contexto e a realidade do país em que se desenvolve.
- A participação comunitária constitui um elemento fundamental na abordagem de questões de desenvolvimento. Nesse contexto os moradores das comunidades rurais foram os atores fundamentais para o sucesso das intervenções nas suas comunidades.
- A diversificação das atividades dos pequenos agricultores foi apontada como a melhor maneira de assegurar a regularidade dos rendimentos da agricultura de subsistência através da produção de horticultura.
- O impacto do projeto parece significativo para comprovar o grande potencial de adaptação às mudanças climáticas entre os agricultores de subsistência comunitária, através das atividades identificadas e implementadas e no processo contribuindo para benefícios ambientais globais.

Recomendações

- A estratégia de comunicação deve ser elaborada antes do início do projeto de forma a poder capitalizar os impactos dos projetos e atribuí-lo maior visibilidade;
- Os indicadores devem ser mais realistas tendo em conta os prazos estipulados para a execução do projeto;
- Os prazos estipulados para a implementação do projeto deve ter em conta os objetivos do projeto;
- Tendo em conta o número cada vez crescente de projetos e a perspectiva de maximizar a sua eficiência, criar uma equipa permanente de gestão de projetos de adaptação de mudanças climáticas (Unidade de gestão de projetos de mudanças climáticas) o que permitiria aproveitar os recursos humanos que possuem o conhecimento e experiência suficiente para a melhor execução do projeto;
- As Direções Nacionais devem ser os agentes responsáveis pelas atividades técnicas direta, uma vez que são nessas direções que se encontram os especialistas das áreas chaves;
- Envolver a autarquia desde o início do projeto na componente de fiscalização;
- O Governo e o PNUD devem encontrar mecanismos para aproveitar a capacidade técnica das pessoas que trabalharam no projeto, na medida em que o projeto serviu de um viveiro de aprendizagem e reforço de capacidade de uma lista longa de pessoa dos diversos sectores; para esse efeito deverá ser elaborado uma base de dados de todos os intervenientes do Projeto bem como a sua área de intervenção no projeto e das pessoas que foram capacitadas pelo projeto e uma cartografia das intervenções;
- Estabelecer parcerias com a Câmara Distrital, Associações Comunitárias e ONG's, para acompanhamento e fiscalização das ações que merecem continuidade, como no caso de florestação, sensibilização das comunidades sobre as boas práticas ambientais;
- Reforçar a capacidade institucional da Câmara Distrital para a fase pós-projeto: dotar a Câmara Distrital e/ou a comunidade de meios para a fiscalização e manutenção das lavandarias e chafarizes;

- Mobilizar técnicos da Direção da Agricultura para continuar a assistir tecnicamente os agricultores beneficiados do projeto;
- Investir em atividades complementares que permita diversificação e a geração de receita como criação de animais;
- Criação de um centro de adaptação em São Tomé e Príncipe para a gestão de riscos catastróficos, adaptação as mudanças climáticas;

2. Introdução

O Governo de São Tomé e Príncipe participou na fase piloto do Programa Africano de Adaptação as Mudanças Climáticas em África, beneficiando de um financiamento do Governo de Japão e do PNUD para reforçar as capacidades institucionais e comunitárias e identificar as opções de adaptação e adquirir as ferramentas necessárias para a planificação de médio e longo prazo para fazer face as mudanças climáticas.

Nesse quadro foi integrado no ciclo de Plano de Ação do Programa do País (CPAP), assinado entre o Governo e o Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD), em 13 de Junho de 2007 que corresponde ao ciclo de programação correspondente a 2007-2011, o Projeto Adaptação as Mudanças Climáticas, que visa reforçar as capacidades das instituições Nacionais com vista a mitigar os efeitos das Adaptação as Mudanças climáticas.

Uma vez chegado ao término do projeto, foi solicitada uma avaliação externa final ao projeto controlada pelos escritórios do PNUD em São Tomé e Príncipe, cujo objetivo principal consiste em aferir com base em evidências, em que medida os objetivos/produtos/atividades foram realizados tendo em conta os resultados preconizados e identificar as razões que impediram ou facilitaram o bom desempenho do projeto.

2.1. Objetivo da Avaliação

O objetivo da avaliação final é o de permitir ao PNUD e o Governo e outros stakeholders avaliar os outputs do projeto, seus impactos e sustentabilidade e tomar decisões nas futuras intervenções, de forma que os projetos possam vir a ser mais eficientes. Nesse contexto, para além da identificação e destaque das principais lições retiradas das ações e atividades levadas a cabo no decorrer do Projeto, a avaliação apresenta-se como um instrumento central de produção de recomendações que possam orientar a preparação dos próximos projetos, ações e atividades futuras.

Em termos específicos, a avaliação pretende:

- Avaliar a performance global do projeto em relação aos objetivos e os resultados esperados estabelecidos na matriz lógica do projeto;
- Avaliar a eficiência e eficácia do projeto em atingir os objetivos e os resultados esperados;
- Analisar criticamente a implementação e gestão do projeto;
- Avaliar a relevância do projeto em relação as prioridades nacional;
- Compreender por que determinadas ações são mais ou menos bem-sucedidas, de forma a melhorar o seu desempenho no futuro, permitindo assim, que o PNUD e os seus parceiros aprendam com a própria experiência, e incorporem os ensinamentos em futuras intervenções, melhorando por essa via o seu desempenho;
- Fornecer uma base objetiva para a prestação de contas aos principais stakeholders: financiadores, governos e parlamentos, parceiros, sociedade civil, contribuintes, pessoas afetadas pelas intervenções;

2.2. As questões chaves de avaliação

A análise e avaliação da realização dos objetivos e progressos conseguidos até então, visando atingir os objetivos do Projeto, fatores que facilitaram ou impediram a realização dos objetivos serão identificados são realizadas em torno de 5 critérios adotados pelas organizações internacionais para avaliação de projetos: relevância, eficácia, eficiência, impacto e sustentabilidade.

1. Relevância

- Medida segundo a qual os objetivos da intervenção do projecto correspondem às expectativas dos beneficiários, às necessidades do país, às prioridades globais, às políticas do PNUD. Determina se as actividades e os resultados da intervenção estão em conformidade com os programas estabelecidos e correspondem de forma adequada à realização dos objetivos e à obtenção dos resultados pretendidos. Os objetivos e as actividades estão adaptados ao problema a tratar?

2. Eficácia

- *Eficácia* – Medida segundo a qual os objetivos da intervenção de desenvolvimento foram atingidos, ou se espera serem alcançados, tendo em consideração a sua importância relativa. Mede em que medida o projecto atinge os seus objetivos. É a relação entre os objetivos pretendidos e os resultados alcançados. Em que medida os resultados são devidos a esta intervenção?

3. Eficiência

- Medida segundo a qual os recursos (financeiros, humanos, administrativos, etc.) são convertidos em resultados de forma mais económica. Mede a produtividade da intervenção – ela é eficiente se conseguir atingir os seus objetivos ao menor custo. Os resultados obtidos têm correspondência com os recursos mobilizados?

4. Impacto

- Efeitos a longo prazo, positivos e negativos, primários e secundários, induzidos pelo projeto, directa ou indirectamente, previstos ou não. Mede as consequências da intervenção, do ponto de vista técnico, económico, sociocultural, institucional e ambiental. Quais são as consequências globais do projeto, sobre o contexto em questão, tendo em conta os efeitos (esperados ou não) directos, indirectos, multiplicadores, de curto, médio e longo prazos?

5. Suatentabilidade

- Continuação dos benefícios resultantes de uma intervenção de desenvolvimento, após a sua conclusão. Probabilidades de os benefícios perdurarem a longo prazo. Situação em que as vantagens líquidas são susceptíveis de resistir aos riscos ao longo do tempo. Qual a probabilidade de os benefícios gerados se continuarem a fazer sentir depois de a intervenção ter sido concluída

A avaliação incluiu também um mecanismo de Rating de acordo com o Guidelines do GEF como se segue: Bastante Satisfatório, Satisfatório, Marginalmente Satisfatório, Marginalmente Insatisfatório, Insatisfatório e Bastante insatisfatório. Os critérios para atribuição d a classificação estão na tabela seguinte:

Tabela 1-Progressos em relação aos objetivos do Projeto

Bastante Satisfatório (BS)	Projeto alcançou ou excedeu todos os principais objetivos, e produziu benefícios substanciais ambientais. O projeto pode ser apresentado como "boas práticas".
Satisfatório (S)	Projeto atingiu a maioria de seus principais objetivos, e produziu benefícios satisfatórios, mas com apenas pequenas deficiências.
Marginalmente Satisfatório (MS)	Projeto atingiu a maioria de seus principais objetivos relevantes mas com algumas deficiências significativas ou relevantes. Projeto não atingiu alguns de seus principais objetivos ou produzir alguns dos benefícios previstos.
Marginalmente Insatisfatório (MI)	Projeto atingiu o principal objetivo mas com grandes deficiências ou deverá atingir apenas alguns de seus principais objetivos globais.
Insatisfatório (I)	Projeto não atingiu a maioria dos principais objetivos ou para produziu benefícios satisfatória.
Bastante Insatisfatório (BI)	O projeto não foi capaz de conseguir, e não se espera de conseguir, qualquer um de seus principais objetivos e benefícios.

Tabela 2 - Progresso na Implementação do Projeto

Bastante Satisfatório (BS)	Execução de todos os componentes estão em conformidade com o original plano de implementação / formalmente revisto para a projeto. O projeto pode ser apresentado como "Boas práticas".
Satisfatório (S)	Implementação da maioria dos componentes cumpre o plano original formalmente revisto, exceto para poucos que foram sujeitos a alterações das ações previstas.
Marginalmente Satisfatório (MS)	Implementação de alguns componentes cumpre o plano original ou formalmente revisto e algumas componentes sofreram alteração
Marginalmente Insatisfatório (MI)	Implementação de alguns componentes não está, em conformidade com o plano original / oficialmente revisto e algumas componentes foram sujeitos a alterações das suas ações.
Insatisfatório (I)	Implementação da maioria dos componentes não está em conformidade, com o plano original / formalmente revisado.
Bastante Insatisfatório (BI)	Implementação de nenhum dos componentes está em conformidade com o plano substancial / original formalmente revisado.

2.3. Metodologia de avaliação

O processo de avaliação envolveu o uso de várias metodologias incluindo a pesquisa documental, entrevistas, reuniões restritas com o PNUD e encontros alargados a vários intervenientes no Projeto.

De forma a poder descrever e avaliar os elementos descritos, foram cruzadas informações de várias fontes incluindo documentos de planeamento e acompanhamento dos projetos, elementos recolhidos no terreno e em várias reuniões, outras avaliações do Projeto, assim como trabalhos de investigação.

As fontes documentais foram complementadas com as informações recolhidas em entrevistas com os responsáveis e agentes de implementação do projeto.

A avaliação organizou-se em torno de cinco fases que incluíram a preparação e recolha de dados, o trabalho de campo e análise e preparação do relatório. A Avaliação compreende cinco fases:

Fase I – Estudo Documental e Reuniões;

Fase II- Elaboração do Relatório Inicial;

Fase III – Recolha de dados quantitativos e qualitativos através de entrevistas;

Fase IV- Redação da primeira versão do relatório de Avaliação Final;

Fase V - Elaboração do relatório de Avaliação Final;

Fase I - Estudo Documental e Reuniões - Os objetivos da primeira fase da avaliação foram a recolha e análise da informação existente através da consulta de documentos e de entrevistas com agentes envolvidos no Projeto com o objetivo de :

- Identificar e analisar as questões chave com influência na intervenção do Projeto, nomeadamente constrangimentos, problemas, pontos fortes e fatores facilitadores;
- Apreciar o relacionamento institucional entre os diversos atores envolvidos no quadro do projeto;
- Apreciar a pertinência da informação e material encontrado para esta fase do trabalho;
- Apresentar um plano de atuação com identificação das áreas do Projeto que deverão ser alvo de maior atenção.

A pesquisa documental iniciou-se logo após o início do contrato com a marcação de um conjunto de reuniões pertinentes que tiveram como ponto de partida o pessoal do PNUD.

Foi selecionado, compilado e analisado uma série de documentos, gerais e específicos, respeitantes ao PNUD, à Execução do Projeto, às áreas de intervenção e atividades que seriam alvo de maior atenção para a avaliação.

Entre estes incluem-se documentos que dizem respeito aos compromissos do PNUD e o Governo de São Tomé e Príncipe, no âmbito dos programas de apoio ao desenvolvimento como: UNDAF, CPD, CPAP etc.

A lista da bibliografia e documentação utilizada encontra-se em anexo (Bibliografia).

Fase II – Relatório Inicial – em resultado da primeira fase, foi elaborado um documento contendo:

- Uma análise das informações obtidas através da recolha documental e das reuniões realizadas durante a fase;
- Uma narrativa sobre a metodologia a ser utilizada na recolha de dados quantitativos e qualitativos, assim como nas consultas com os *Stakeholders*;
- Um plano de trabalho que define as atividades e como estas contribuirão para atingir os produtos.

Fase III – Entrevistas com os *Stakeholders*

A revisão documental foi complementada, pela realização de entrevistas com atores chave do Projeto. O calendário das entrevistas foi elaborado em conjunto com o PNUD.

Estas entrevistas decorreram durante a terceira semana de Março, sendo acompanhadas da solicitação e recolha de documentação adicional, junto do PNUD e das instituições envolvidas na execução do projeto.

As entrevistas tiveram como objetivo:

- Recolher informações sobre o Projeto, sobre os aspetos chave do planeamento e implementação e gestão, incluindo constrangimentos e oportunidades;
- Recolher informações de ordem organizativa e institucional sobre o Projeto, sobre o relacionamento entre os diferentes agentes, coordenação, sistemas de troca de informação e complementaridade;
- Recolher a opinião dos vários agentes do projeto sobre os pontos fortes e que poderá constituir um exemplo de boas práticas para as Autoridades;
- Recolher a opinião dos vários agentes envolvidos na implementação do projeto, sobre os pontos fracos que deve ser modificado no futuro.

Ao longo do trabalho de recolha de informação através de entrevistas, utilizou-se um guião comum, elaborado durante o Estudo Documental e adaptado aos diferentes interlocutores.

A lista das entrevistas realizadas consta do anexo (Entrevistas Realizadas).

Fase IV- Redação da primeira versão do relatório de Avaliação Final – esta fase da redação do relatório incluiu:

- Resultados da recolha de dados qualitativos e análise;
- Principais conclusões e recomendações;
- Lição para futuras ações.

Fase V – Elaboração do relatório de Avaliação Final – A redação do relatório, que teve início logo após a fase das entrevistas e foi complementado por entrevistas adicionais. De salientar que o *Draft* foi enviado para as pessoas envolvidas no projeto para a comentários que foram posteriormente incorporados esses comentários;

2.4. Estrutura do Relatório de avaliação

A estrutura do Relatório Final é a seguinte:

- Introdução - Apresenta do âmbito e objetivos da avaliação e metodologia;
- Projeto e seu contexto de desenvolvimento- Apresentação e análise da situação do surgimento do projeto, os objetivos e resultados esperados do projeto, bem como os *stakeholders*;
- Constatações - Esta secção apresenta as perguntas de avaliação e as respostas a essas perguntas, fundamentadas com base nas informações documentais e nos dados recolhidos através de entrevistas realizadas. Esta parte está organizada da seguinte forma: Formulação do Projeto, Implementação do Projeto e Finalmente os resultados alcançados;

- Lições tiradas – em que são apresentadas as principais lições tiradas e boas práticas;
- Conclusões e recomendações – Esta secção apresenta as principais conclusões que resultam da análise, bem como as recomendações, que decorrem das conclusões.
- Anexos - Em anexos são apresentados as seguintes informações: Bibliografia e Pessoas Entrevistadas.

3. O projeto e o seu contexto de desenvolvimento

3.1. Início do projeto e a sua duração

O projeto teve o seu início formal com a assinatura do acordo, em 5 de Março de 2010 entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Estado Santomense, representado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades e o Ministérios dos Recursos Naturais e Energia.

Foi atribuída ao Projeto a codificação 00058436 e a designação de “*Apoio às abordagens integradas e abrangentes para adaptação às mudanças climáticas em África: Liderança, Demonstração e reforço das capacidades em São Tomé e Príncipe*”.

O ciclo de vida do Projeto inicialmente previsto no acordo do projeto era de 2 anos, com início em Março de 2010 e final para Dezembro de 2011. No entanto, tendo em conta alguns atrasos verificado na organização da equipa da coordenação regional e de algumas ações, o prazo de finalização foi alargado para 31 de Dezembro de 2012.

3.2. Os desafios que o projeto procura responder

O *Project Document (ProDoc)* apresenta de forma detalhada a problemática ao qual o projeto pretende resolver. Segundo este documento, as características de São Tomé e Príncipe enquanto pequeno Estado Insular em vias de desenvolvimento, conferem ao País uma situação de risco elevado em relação as alterações climáticas, de natureza meteorológicas (especialmente inundações) e a subida do nível do mar, a par da já visível erosão costeira.

Neste contexto estudos realizados apontam o País como sendo bastante vulnerável às alterações climáticas, as quais os impactos potenciais sobre a população são bastante significativos, quer em termos de alterações meteorológicas, quer em termos dos impactos físicos, sociais, económicos e culturais.

Por outro lado, constatava-se que existia fraca capacidade institucional e humana tanto da parte das instituições do Estado como da sociedade civil para compreender e dar resposta a altura a este problema. Essas limitações de capacidades, referem-se a conhecimento, aos recursos técnicos ou financeiros.

De forma a lidar com a problemática das mudanças climáticas, São Tomé e Príncipe, elaborou importantes documentos de planificação, visando uma abordagem integrada as mudanças climáticas. De entre os documentos produzidos, inclui a primeira

Comunicação Nacional sobre Alterações Climáticas (2004), Programa de Ação Nacional para Adaptação (2007) e a segunda Comunicação Nacional sobre Alterações Climáticas (2009-2010), no entanto as limitações financeiras para a execução de atividades relativas às mudanças climáticas condicionou a implantação do plano de atividade destes importantes documentos.

De entre outros o *ProDoc* identifica as seguintes desafios:

- Existem limitações financeiras e em termos de capacidades profissionais com conhecimento das questões a respeito das mudanças climáticas em áreas especializadas;
- Muitos fatores sistémicos limitam a capacidade de resposta às alterações climáticas.
- Falta de investimento a longo prazo no sector agrícola, mercados externos desfavoráveis e a fraqueza dos mercados internos, tem aumentado a vulnerabilidade dos meios de subsistência baseados na agricultura.
- A degradação ambiental é um problema no norte de São Tomé e Príncipe, porque as populações rurais pobres continuam a desmatar áreas existentes para obter lenha e madeira para a produção de carvão vegetal para comercialização, por vezes em áreas protegidas;
- Existem lacunas institucionais no acesso e na transferência de conhecimentos de nível internacional para um nível nacional e distrital;
- Há a necessidade de um desenvolvimento maior na liderança em matéria de alterações climáticas, bem como um maior compromisso das partes envolvidas na atenuação e adaptação das alterações climáticas, embora claramente a adaptação é mais urgente para esta população;
- São Tomé e Príncipe ainda não integrou as mudanças climáticas em seus documentos de política nacional ou distrital;

3.3. Objetivos e fins do projeto

O projeto Adaptação as Mudanças Climáticas tinha como por objetivo apoiar o Governo de São Tomé e Príncipe na implementação da sua estratégia de adaptação a longo prazo para gerir incertezas inerentes as mudanças climáticas através de uma abordagem integrada por via da liderança, demonstração e reforço das capacidades.

Nesse contexto um conjunto de objetivos específicos foi formulado:

- Melhorar a tomada de decisão do governo e outros stakeholders;
- Aumentar a capacidade de Gestão e Planificação e da adaptação as mudanças climáticas;
- Aumentar a qualidade e a quantidade e a disponibilidade das informações para adaptação as mudanças climáticas, a planificação e gestão através a melhoria do sistema meteorológica através de recolha de dados;
- Reforçar as capacidades técnicas e de liderança do governo para responder as questões de mudanças climáticas;
- Criação de Plataforma de concertação sobre questões das mudanças climáticas;
- Implementar Políticas solidas ao nível climático nos sectores prioritários;
- Implementar 4 atividades de demonstração no distrito de Lobata, fazer sensibilização e melhorar a resiliência climática no distrito e construir bases

solidas de experiências e gestão para duplicar essas atividades nos outros distritos do país;

- Reforçar o quadro de desenvolvimento financeiro das atividades de adaptação
- Implementar iniciativas piloto nas comunidades do distrito de Lobata para reforçar a resiliência e adaptação às mudanças climáticas com particular foco nos grupos mais vulneráveis (Mulheres, pobres, habitantes das comunidades rurais);
- Partilha de conhecimento e documentos importantes ao nível local, característica e sectores de interesse para os outros parceiros de implementação ao nível regional, nacional e internacional;

3.4. Os Stakeholders

Os principais *Stakeholders* do Projeto de Adaptação às Mudanças Climáticas em São Tomé e Príncipe foram os seguintes:

- Direção Geral do Ambiente;
- Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento;
- Direção das Florestas;
- Direção da Agricultura;
- Empresa de Água e Energia;
- Direção de Recursos Naturais Energia;
- Instituto Nacional de Meteorologia;
- Câmara de Lobata;
- Comunidade de Praia das Conchas;
- Comunidade de Plancas Primeira;
- Comunidade de Plancas Segunda;
- Comunidade de Plancas Praia;
- Comunidade de Água Sampaio;
- Comunidade de Soldado.

Atendendo ao fato de o distrito de Lobata apresentar uma elevada vulnerabilidade em relação ao clima e uma forte deflorestação (causada pela construção de barcos, casas de habitação e da produção de carvão de madeira, neste distrito foi eleito para uma experiência piloto em matéria de reflorestação e a reconversão dos produtores de carvão visando impedir a desertificação. Nesse contexto as atividades do projeto incidiram sobre as 7 comunidades mencionadas acima tendo como *stakeholders*/beneficiários os moradores das referidas comunidades. Nesse mesmo foi construído casas com materiais alternativos.

3.5. Resultados dos esperados

O *Prodoc* estabelece 5 Produtos e 9 resultados esperados que o projeto aspirava atingir. Esses produtos e resultados esperados são consistentes com o objetivo global do projeto. A tabela abaixo apresenta a matriz lógica do projeto contendo os produtos do projeto, os resultados esperados, as ações bem como os indicadores.

Tabela 3 - Matriz lógica do Projeto - O projeto preconizava 5 produtos nomeadamente

Produto	Resultado	Objetivos	Indicadores
OUTPUT 1: Introduzir mecanismos de planeamento dinâmicos e de longo prazo para gerir as incertezas inerentes às mudanças climáticas.	RESULTADO ATIVIDADE 1: Os stakeholders nacionais produzem e aplicam informações essenciais para um melhor e mais consciente processo de tomadas de decisões ao nível climático.	Melhorar a tomada de decisão dos stakeholders;	Nº de instituições que utilizam informações sobre o risco climático produzidos pela INM Nº de instituições que consideram a avaliação ambiental com fazendo parte do processo de planificação
	RESULTADO ATIVIDADE 2: Capacidade de gestão e planeamento para a adaptação às mudanças climáticas aumentadas.	Aumentar a capacidade de Gestão e Planificação e da adaptação as mudanças climáticas	Nº de pessoas formadas em planificação estatística; Nº de formações realizadas;
		Aumentar a qualidade e a quantidade e a disponibilidade das informações para adaptação as mudanças climáticas, a planificação e gestão através a melhoria do sistema meteorológica através de recolha de dados	Nº de estações meteorológicas instaladas e funcionais capazes de recolher dados em tempo real;
OUTPUT 2: Fortalecer as estruturas institucionais e de liderança para gerir de forma integrada, a nível local e nacional, os riscos e as oportunidades subjacentes às mudanças climáticas.	RESULTADO ATIVIDADE 1: Capacidades técnicas e de liderança do governo nacional para responder aos riscos e às oportunidades das mudanças climáticas reforçadas.	Reforçar as capacidades técnicas e de liderança do governo para responder as questões de mudanças climáticas;	Nº de estações meteorológicas instaladas e funcionais capazes de produzir informações me tempo real;
	RESULTADO ATIVIDADE 2: Criar uma plataforma multi-stakeholders para funcionar como conselheira nas questões de adaptação às mudanças climáticas e no desenho da estratégia da plataforma de coordenação e de lições aprendidas sobre as mudanças climáticas.	Criação de Plataforma sobre as mudanças climáticas;	Uma plataforma multisectorial efetiva na coordenação das questões de mudanças climáticas Montantes de investimentos sobre as MC coordenadas pela plataforma Sensibilização e atividades de formação dos líderes implantadas nas comunidades de STP
OUTPUT 3: Políticas e medidas, nacionais e sectoriais, sólidas ao nível climático concebidas, testadas e implementadas em sectores prioritários	RESULTADO ATIVIDADE 1: Políticas sólidas ao nível climático implementadas em sectores prioritários.	Implementar Políticas solidas ao nível climático nos sectores prioritários;	Nº de políticas sectoriais que integram a questão das mudanças climáticas
	RESULTADO ATIVIDADE 2: Quatro atividades-piloto implementadas na região de Lobata	Implementar 4 atividades de demonstração no distrito de Lobata, fazer sensibilização e melhorar a resiliência climática no distrito e construir bases solidas de experiencias e gestão	Implementação de atividades de demonstração no distrito de Lobata

		para duplicar essas atividades nos outros distritos do país;	
OUTPUT 4: Opções de financiamento para cobrir os custos de adaptação nacional expandidas a nível local, nacional, sub-regional e regional	RESULTADO ATIVIDADE 1: Desenvolvimento de um quadro de financiamento das atividades de adaptação em STP no maio Rural	Reforçar o quadro de desenvolvimento financeiro das atividades de adaptação	Montante de recursos engajados na implementação das iniciativas de financiamento das atividades sobre a adaptação as mudanças climáticas
	RESULTADO ATIVIDADE 2: Iniciativas-piloto de microfinanciamento para o apoio à adaptação às mudanças climáticas investigadas e exploradas.	Implementar iniciativas piloto nas comunidades do distrito de Lobata para reforçar as resiliência e adaptação as mudanças climáticas com particular foco nos grupos mais vulneráveis (Mulheres, pobres, habitantes das comunidades rurais)	Nº de iniciativas de financiamento de atividades de adaptação
OUTPUT 5: Capacidade e conhecimento para poder ajustar os processos de desenvolvimento nacional no sentido de incorporar plenamente os riscos e as oportunidades das alterações climáticas geradas e compartilhadas a todos os níveis, inclusive com o continente africano.	RESULTADO ATIVIDADE 1: Instituições-chave documentam, difundem e influenciam políticas e respostas programáticas para a adaptação em sectores prioritários a nível nacional e internacional.	Partilha de conhecimento e documentos importantes ao nível local, característica e sectores de interesse para os outros parceiros de implementação ao nível regional, nacional e internacional;	Número de participação em reuniões ao nível local, nacional e internacional sobre as mudanças sobre as trocas de conhecimentos sobre as mudanças climáticas Número de publicações realizadas;

4. Constatações

4.1. Formulação do Projeto

A avaliação pretendeu perceber em que medida o projeto respondeu a questão de adaptação as mudanças climáticas e os problemas da camada da populacional mais desfavorecida e se é consistente com as prioridades do Governo e do PNUD.

4.1.1. Processo de Formulação

O governo de São Tomé e Príncipe tem vindo a demonstrar o compromisso em criar mecanismos para adaptação às mudanças climáticas. No entanto, tem-se deparado com limitações de natureza financeira, técnica especializada e institucional nas suas intervenções.

O contexto de surgimento do Projeto assentou num diálogo entre o Governo de São Tomé e Príncipe e o Governo do Japão no quadro do projeto regional de adaptação as mudanças climáticas regional numa procura de convergência entre a oportunidade desse grande projeto regional e as grandes necessidades de investimentos o desenvolvimento institucional e de políticas em relação as mudanças climáticas em S. Tomé e Príncipe. Por outro lado o projeto teve com base de elaboração os documentos de referência no âmbito das mudanças climáticas em São Tomé e Príncipe nomeadamente a primeira e segunda Comunicação Nacional, bem como o NAPA.

O início do projeto foi precedido de um *atelier* de lançamento do Project realizado de 16 a 18 de Março de 2010 que tinha por objetivo preparar os *stakeholders* para uma melhor participação no projeto na realização dos objetivo e metas serem atingidas com o projeto.

O último dia do *atelier* foi realizado no distrito de Lobata que envolveu a participação dos membros do governo, delegações ministeriais, representantes do Banco Mundial e do PNUD. O atelier contou também com a participação da equipa do IRTSC (*Inter-regional Technical Support Component*) de Dakar -Senegal.

4.1.2. Pertinência em relação aos Documentos de referência e planificação do País

Em observância aos documentos de referência do PNUD e do País em Matéria de Planificação e programação, o projeto apresenta um bom nível de coerência. Essa forte interligação pode ser observada na análise do UNDAF, CPAP, CPD, as metas do OMD e da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza. Nesse sentido, conclui-se que o projeto está alinhado com as prioridades do governo de São Tomé e Príncipe, e concorre para a estratégia de convergência de esforço no sentido de encontrar soluções para o desenvolvimento sustentado do país como a seguir se verá na tabela abaixo:

Tabela 4 - Matriz de Coerência do Projeto com os Documentos de Planificação do PNUD e do País

Matriz de Coerência do Projeto com os Documentos de Planificação do PNUD e do País

Produto- AAP	Resultado- AAP	Resultados CPD	Output CPAP	Resultados UNDAF	OMD	Eixo da ENRP-STP
OUTPUT 1: Introduzir mecanismos de planeamento dinâmicos e de longo prazo para gerir as incertezas inerentes às mudanças climáticas.	RESULTADO ATIVIDADE 1: Os stakeholders nacionais produzem e aplicam informações essenciais para um melhor e mais consciente processo de tomadas de decisões ao nível climático.				7.Assegurar a Sustentabilidade ambiental;	1. Reforma das instituições públicas, reforço das capacidades e promoção de uma política de boa governação;
	RESULTADO ATIVIDADE 2: Capacidade de gestão e planeamento para a adaptação às mudanças climáticas aumentadas.		2.3.2. O governo local é reforçado para racionalmente gerir os recursos	2. Até 2011, as instituições públicas assegurarão proteção dos direitos humanos, a equidade a distribuição dos recursos naturais e um diálogo permanente com sociedade civil	7.Assegurar a Sustentabilidade ambiental;	1. Reforma das instituições públicas, reforço das capacidades e promoção de uma política de boa governação;
OUTPUT 2: Fortalecer as estruturas institucionais e de liderança para gerir de forma integrada, a nível local e nacional, os riscos e as oportunidades subjacentes às mudanças climáticas.	RESULTADO ATIVIDADE 1: Capacidades técnicas e de liderança do governo nacional para responder aos riscos e às oportunidades das mudanças climáticas reforçadas.		1.4.4. As instituições Nacionais responsáveis pela gestão ambiental são reforçadas pela Implementação do Plano Nacional do Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável (NEPSD)	1. Até 2011 uma maior parte da população vulnerável terá acesso a serviços sociais básicos de qualidade e a um ambiente saudável	7.Assegurar a Sustentabilidade ambiental;	1. Reforma das instituições públicas, reforço das capacidades e promoção de uma política de boa governação;
	RESULTADO ATIVIDADE 2: Criar uma plataforma multi-stakeholders para funcionar como conselheira nas questões de adaptação às mudanças climáticas e no desenho da estratégia da plataforma de coordenação e de lições aprendidas sobre as mudanças climáticas.	2.2. Está criado sistema de harmonização e de coordenação	2.2.1. São estabelecidos mecanismos de Coordenação da ajuda 2.3.2. O governo local é reforçado para racionalmente gerir os recursos	2. Até 2011, as instituições públicas assegurarão a protecção dos direitos humanos, a equidade a distribuição dos recursos naturais e um diálogo permanente com sociedade civil	7.Assegurar a Sustentabilidade ambiental;	1. Reforma das instituições públicas, reforço das capacidades e promoção de uma política de boa governação;
OUTPUT 3: Políticas e medidas, nacionais e sectoriais, sólidas ao nível climático concebidas, testadas e implementadas em sectores prioritários	RESULTADO ATIVIDADE 1: Políticas sólidas ao nível climático implementadas em sectores prioritários.				7.Assegurar a Sustentabilidade ambiental;	
	RESULTADO ATIVIDADE 2: Quatro atividades-piloto implementadas na região de Lobata: <i>Sistema de Irrigação</i> <i>Formação sobre mudanças Climáticas</i> <i>Egrégia Fogões</i>	1.4. É assegurado o acesso da população em geral a água potável e saneamento básico e a um ambiente protegido 2.3.	1.4.1. Um número maior da população garante a protecção do ambiente, enquanto lhe são fornecidas alternativas medidas de apoio 1.4.4. As instituições nacionais responsáveis pela gestão ambiental são reforçadas pela implementação do Plano Nacional do Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável (NEPSD)	1. Até 2011 uma maior parte da população vulnerável terá acesso a serviços sociais básicos de qualidade e a um ambiente saudável 2. Até 2011, as instituições públicas assegurarão A protecção dos direitos humanos, a equidade a	1-Eliminar e extrema pobreza e a fome;	3. Criação de oportunidades de aumento e diversificação de rendimentos para os pobres; 4. Desenvolvimento dos recursos humanos e acesso aos serviços sociais de base;

		Descentralização eficaz para a redistribuição da renda nacional	2.3.1. Atores da Comunidades têm a capacidade de promover e participar no seu próprio Desenvolvimento	distribuição dos recursos naturais e um diálogo permanente com sociedade civil		
OUTPUT 4: Opção de financiamento para cobrir os custos de adaptação nacional expandida a nível local, nacional, sub-regional e regional	RESULTADO ATIVIDADE 1: Instrumentos financeiros, fiscais e/ou baseados no mercado, avaliados e projetados para facilitar a adaptação dinâmica às mudanças climáticas				7.Assegurar a Sustentabilidade ambiental;	
	RESULTADO ATIVIDADE 2: Iniciativas-piloto de microfinanciamento para o apoio à adaptação às mudanças climáticas investigadas e exploradas.		2.3.2. O governo local é reforçado para racionalmente gerir os recursos			3. Criação de oportunidades de aumento e diversificação de rendimentos para os pobres;
OUTPUT 5: Capacidade e conhecimento para poder ajustar os processos de desenvolvimento nacional no sentido de incorporar plenamente os riscos e as oportunidades das alterações climáticas geradas e partilhadas a todos os níveis, inclusive com o continente africano.	RESULTADO ATIVIDADE 1: Instituições-chave documentam, difundem e influenciam políticas e respostas programáticas para a adaptação em sectores prioritários a nível nacional e internacional.	2.1. As instituições públicas são reforçadas para assegurar a sua própria reforma e a aplicação transparente e igualitária da lei	2.1.2. A Consciência do povo sobre as prioridades nacionais é reforçada por meio da publicação das mesmas pela comunicação social	2. Até 2011, as instituições públicas assegurarão a proteção dos direitos humanos, a equidade a distribuição dos recursos naturais e um diálogo permanente com sociedade civil	7.Assegurar a Sustentabilidade ambiental;	1. Reforma das instituições públicas, reforço das capacidades e promoção de uma política de boa governação;

4.1.3. Participação dos Stakeholders

A formulação e o desenho do projeto envolveu diversos *stakeholders* aos quais incluíram sociedade civil, ONG's, instituições públicas, privadas e particulares. Esse envolvimento iniciou-se desde a elaboração dos documentos estratégicos do país em matéria das mudanças climáticas (NAPA e Comunicações Nacionais) que antecedeu a conceção do projeto até a sua implementação.

O projeto iniciou-se com um *atelier* de lançamento em 2010 e ao longo do seu ciclo de vida organizou-se vários ateliers temáticos onde foram debatidos de forma participativa questões de pertinência para o projeto, tanto de ponto de vista de alinhamento das atividades como a melhor forma de operacionalização das atividades do projeto.

Os mecanismos de implementação incorporaram vários organismos da parte do Governo de São Tomé e Príncipe, PNUD, sector privado bem como ONG's, visando sempre a participação e apropriação dos feitos do projeto.

A coordenação e a supervisão do projeto também incluíram vários intervenientes tanto da parte do governo de São Tomé e Príncipe como da parte do PNUD numa perspectiva de maximização de sinergias e busca de soluções participativas e mais eficiente para a implementação do projeto.

Podemos constatar através das entrevistas que o processo de envolvimento dos moradores das comunidades na realização das atividades foram determinantes para o sucesso do projeto e por outro lado teve a vantagem de transferência de conhecimento que permitirá a continuidade das atividade ora realizadas pelo projeto.

Essa constatação foi confirmada quando se comparou as comunidades em que houve maior ou menor envolvimento dos moradores na realização das atividades dos projetos. O sentimento de apropriação foram mais visíveis nas comunidades as quais os seus membros participaram na procura de soluções para os seus problemas bem como a realização das atividades conducentes a sua resolução.

Alinhamento

O documento de projeto foi revisto de forma participativa entre os intervenientes do projeto visando os ajustamentos financeiros para a melhoria da execução do projeto bem como a eficácia do mesmo.

Essas revisões realizadas procuraram dar respostas a mudanças no contexto de desenvolvimento do projeto e corrigir lacunas surgidas durante a implementação.

4.1.4. Abordagem de replicação

O projeto foi concebido no quadro de uma programa piloto para lidar para adaptação as mudanças climáticas em diversos domínios visando encontrar mecanismos para que se consiga atenuar os efeitos das alterações climáticas em São Tomé e Príncipe. O distrito de Lobata foi escolhido para a implementação da experiência piloto, pelas suas características onde predomina a savana, frequência de incêndios muitas vezes causados pelo abate de árvores para o fabrico de carvão, etc.

O modelo de abordagem permitirá a replicação das boas práticas à replicação do projeto em outros distritos do país por via de testes e ensaios, para se retirar lições que poderiam servirão de bases para outras intervenções futuras.

4.1.5. Rentabilidade

De uma forma geral, a dedicação do governo, a coordenação do projeto, o PNUD, bem como as comunidades beneficiárias foram notáveis, pois, demonstraram um compromisso firme em fazer do projeto um sucesso, através do tempo, dinheiro, e disponibilidade. Das informações obtidas através das entrevistas constata-se que houve um sentimento de satisfação quanto a compensação do esforço despendido e o dinheiro investido com a implementação do projeto.

O projeto teve uma taxa de execução das atividade bastante alta (98%), tendo concluído uma boa parte do planeado e alcançou resultados positivos a custos razoáveis. Este fato demonstra um bom começo para um processo que deverá continuar contando com a continuação do firme apoio do governo.

4.1.6. Ligação do Programa com outros intervenientes no sector

A conceção do projeto baseou-se do Plano Nacional para as Mudanças Climáticas, cuja natureza do documento é transversal e envolvendo vários sectores. Nesse contexto, do ponto de vista da estrutura de implementação de projeto incluiu-se outros sectores técnicos da área de intervenção do projeto de forma a aproveitar as capacidades técnicas desses sectores e conseguir melhor articulação entre as intervenções nesses respetivos sectores.

Foi assim que as intervenções no Distrito de Lobata envolveram a Direção da Agricultura, Direção das Floresta, Direção Geral do Ambiente, Instituto Nacional de Meteorologia, Direção de Energia, Empresa de Água e Eletricidade.

4.1.7. Indicadores

A avaliação constatou que, que por um lado, os indicadores estipulados na formulação do projeto eram demasiados ambiciosos e não eram realista face ao contexto atual do país e, principalmente, tendo em conta o horizonte temporal definido para o projeto.

Por outro lado, o fato de os indicadores não estarem quantificados ou serem objetivamente verificáveis dificulta ajuizar se de fato os mesmos foram atingidos ou não.

4.2. Implementação do Projeto

A avaliação da implementação centrou-se na análise dos recursos e dos instrumentos mobilizados para o Projeto.

4.2.1. Desembolsos

No que respeita aos recursos financeiros, o Governo Japonês é o único financiador do projeto. Este aspeto é particularmente crítico no âmbito da sustentabilidade das ações uma vez que ao terminar Projeto cessa também a possibilidade de continuação de algumas atividades importantes ainda não consolidadas que requerem injeção de novos recursos.

4.2.2. Gestão Financeira

O procedimento de gestão financeira assegura que as regras estabelecidas para o projeto seja registado no programa de gestão orçamental do PNUD (Atlas), com base no plano anual de trabalho do projeto. Nesse sentido, os valores orçamentados para cada produto está expressamente vinculado aos resultados do projeto através de atividades definidas.

O total da programação financeira prevista para o projeto foi estimado em USD 2.750.000, dos quais foram executados USD 2.706.177,10, correspondendo uma taxa de execução na ordem de 98%.

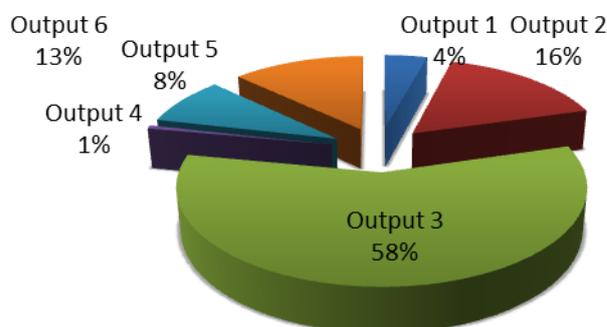
Tabela 5 - Mapa de Execução Orçamental

Componentes	Orçamento	Execução	Txa de Execução
Outout 1	305.000,00	112.784,37	37%
Outout 2	301.000,00	440.583,78	146%
Outout 3	1.630.000,00	1.557.438,31	96%
Outout 4	100.000,00	16.510,53	17%
Outout 5	164.000,00	230.941,04	141%
Outout 6	250.000,00	347.919,07	139%
Total Global	2.750.000,00	2.706.177,10	98%

Fonte : PRODOC/CDR- PNUD/STP, 2012.

O Gráfico 1 abaixo apresenta a execução financeira global do projeto, para cada uma dos Produtos, incluído a componente gestão do projeto. Como se pode constatar o produto 3 absolveu a maior fatia do financiamento atribuído ao projeto, representado cerca de 58% do total. As restantes 42% da execução financeira do projeto, foram distribuídos com se segue: produto 2 utilizou 16%, produto 6 com 13%, seguido de produto 5 com 8%, produto 1 com 4% e o produto 4 também com 1%.

Gráfico 1 - Distribuição da execução financeira do projeto por Produtos



Fonte : PRODOC/CDR- PNUD/STP, 2012.

A tabela 6 e o Gráfico 2 apresentam a execução financeira ao longo dos três anos de atividade do projeto. Em 2010, executou-se 12% da execução financeira global para o projeto. Este baixo valor de execução é explicado pelo fato de este ano corresponder ao período de lançamento do projeto, o ano de aprendizagem e o do lançamento das bases para o desenvolvimento do projeto nos anos seguintes.

Deste modo, em 2012, a execução financeira do projeto melhorou significativamente, passando a representar 35% da execução financeira global do projeto. Apesar desta melhoria nos valores de execução financeira do projeto até essa data, ficava muito aquém dos valores esperados, uma vez que a previsão de encerramento do projeto estava prevista para aquele ano.

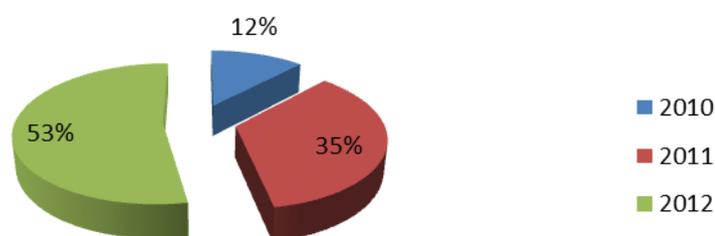
Neste contexto foi acordado mais um ano para a realização do projeto, que permitiu uma execução de mais 53% da execução financeira global do projeto.

Tabela 6 – Execução das despesas por ano

Componentes	2010	2011	2012	Total
Output 1	35.641,46	17.405,62	59.737,29	112.784,37
Output 2	114.615,89	257.350,52	68.617,37	440.583,78
Output 3	9.984,04	520.410,60	1.027.043,67	1.557.438,31
Output 4	8.634,02	3.527,19	4.349,32	16.510,53
Output 5	14.529,10	48.940,53	167.471,41	230.941,04
Output 6	144.089,59	98.775,47	105.054,01	347.919,07
Total Global	327.494,10	946.409,93	1.432.273,07	2.706.177,10

Fonte: CDR, 2010,2011 e 2012

Gráfico 2 - Distribuição da execução financeira do projeto por Ano



Fonte: CDR, 2010,2011 e 2012

Recursos Humanos

Tendo em conta a perspetiva de apropriação, o projeto foi enquadrado na Direção Geral do Ambiente (DGA) e integrou também a Direção das Florestas, a Direção da Agricultura e Instituto Nacional de Meteorologia.

Assim, o pessoal dessas instituições participou nas atividades do projeto como parte de suas obrigações de trabalho. Esta categoria de pessoal é incluída no orçamento do governo, não no orçamento do projeto.

4.2.3. Seguimento e avaliação

O acompanhamento da execução financeira dos projetos foi feito através dos Planos de Anuais de Atividades, onde todos os anos são planeados e lançados os desembolsos/pagamentos efetuados. Este instrumento contabilístico/financeiro permitiu ainda fazer um acompanhamento da execução do Projeto e ter uma visão global da execução do orçamento relativamente ao Projeto e atividades planificadas.

Foram também realizadas auditorias financeiras ao projeto e produzidas recomendações conducentes a melhorias do desempenho do projeto.

O projeto teve uma gestão orientada para o resultado definido no documento de projeto e plano anual de atividade aprovado através da implementação e monitoramento.

A Coordenadora do projeto era responsável para gerir os recursos afetos ao projeto e para alcançar os resultados esperados especificados no documento de projeto, tinha a incumbência de elaborar relatórios de despesas trimestrais e relatório das atividades realizadas.

Com base nos relatórios de despesas recebidos provenientes do projeto e registrados no Atlas, o PNUD.

A coordenação do Projeto remete trimestralmente para PNUD o relatório técnico do progresso das atividades desenvolvidas, os resultados obtidos e os constrangimentos encontrados e programação para o próximo trimestre e o relatório financeiro que reflete a utilização dos recursos financeiros colocados a disposição da coordenação do projeto, com os justificativos das despesas realizadas, a situação da tesouraria e recursos necessário para a realização de atividades para os próximo trimestre.

Ainda no âmbito dos mecanismos de acompanhamento do Projeto, foram feitas visitas ao terreno do representante do escritório do PNUD, visando a validação do andamento do projeto.

A avaliação constatou que o sistema de seguimento e avaliação implementado para o acompanhamento do projeto é consistente com as características do projeto dessa natureza e assegura de forma minimamente adequada um mecanismo de controlo para a salvaguarda da boa execução do projeto.

4.2.4. Modalidade de Implementação

O projeto foi executado segundo a modalidade de execução nacional de forma a garantir a apropriação pelas instituições nacionais envolvidas no processo. No entanto, a gestão operacional do programa esteve centralizada na Direção Geral do Ambiente através de uma Unidade de Coordenação do Projeto.

A estrutura de implementação do Projeto incluía um Comité de Pilotagem, uma Unidade de Coordenação do Projeto e um Comité Técnico.

O Comité Técnico tem a responsabilidade de tomar as grandes decisões relativamente a gestão do projeto e aspetos técnicos sobre a execução das atividades do Projeto.

A Coordenadora do Projeto é responsável pela gestão quotidiana e pela tomada de decisão em nome do comité, visando assegurar que os resultados esperados sejam atingidos.

O PNUD como parceiro de implementação do projeto contribuiu para a efetiva implementação do projeto com os mecanismos de coordenação e supervisão de forma a permitir uma utilização ainda mais eficaz dos recursos alocados ao projeto.

4.2.5. Coordenação com outros parceiros e questões operacionais

O projeto foi concebido para maximizar as sinergias entre um grande grupo de *stakeholders*, através de uma abordagem integrada de adaptação às mudanças climáticas.

Nesse contexto o financiamento recebido (2,75 milhões de dólares) do Governo do Japão para financiar as obras de adaptação em São Tomé e Príncipe tem como base as prioridades do NAPA, UNDAF, e ENRP constituiu uma parte integrante do Programa Nacional de Adaptação ao qual foi implementado em paralelo com outros programas.

Aquando da elaboração do Projeto foi feito um levantamento dos programas de cooperação de outros doadores, evidenciando preocupações com a complementaridade de intervenção e uma adequada harmonização, coordenação e divisão de trabalho.

Contudo, ao nível da implementação, e apesar de se terem identificado a necessidade de se harmonizar entre si, a não existência de uma plataforma ou de um mecanismo sistematizado de atuação com a participação dos diversos atores internacionais que permita a identificação de convergências, de oportunidades de parceria e do aproveitamento de sinergias, evitando simultaneamente as possibilidades de sobreposição e/ou duplicação de esforços, constituiu uma limitação, delimitando a coordenação com outros parceiros.

Nesse contexto, a complementaridade só foi conseguida de forma *ad-hoc* e fortuita, com base em relacionamentos informais entre organizações ou como fruto de contactos pessoais.

Atendendo que em São Tomé e Príncipe, não tem havido a prática de partilha mútua dos documentos de estratégia, o projeto teve o mérito de contribuir para o início de um processo de partilha de informação e documentos estratégicos a mediante a compilação e disponibilização dos vários estudos e documento produzidos no âmbito do projeto e outros, criando para o efeito uma biblioteca onde todos possam ter acesso a esses documentos.

4.3. Resultados

A análise dos resultados do projeto pretendeu avaliar em que medida os resultados do projeto foram atingidos e em que medida estes resultados permitiram atingir os objetivos pretendidos. A avaliação pretendeu igualmente dar conta dos principais impactos registados na sociedade santomense, particularmente no distrito de Lobata e no País em geral com a implementação do Projeto.

4.3.1. Realização de Produtos/objetivos

Em termos de realização dos objetivos pretendidos avaliação foi condicionada pela dificuldade em se encontrar indicadores objetivamente verificáveis que dão conta das transformações sociais e ambientais em resultado da implementação do projeto.

Ao nível geral do projeto, e das opiniões colhidas através das entrevistas, há a salientar um reconhecimento generalizado de impactos positivos visíveis, com potencialidade de gerar outros a um prazo mais alargado.

A análise da realização dos objetivos do projeto (tabela 7) permite constatar que o mesmo contribuiu satisfatoriamente para a implementação de mecanismos e de

estratégias nacionais de adaptação as mudanças climáticas de suporte as políticas nacionais do governo inscritas no plano nacional de adaptação as mudanças climáticas (NAPA).

OUTPUT 1: Introduzir mecanismos de planeamento dinâmicos e de longo prazo para gerir as incertezas inerentes às mudanças climáticas.

Neste produto foram elaborados dois estudos cujo impacto na planificação de longo prazo é considerável.

O estudo sobre inventário institucional das mudanças climáticas no que diz respeito as mudanças climáticas nas políticas nacionais e sectoriais, permitiu identificar em que medida as instituições levam em conta a questão das mudanças climáticas e gestão dos riscos catástrofes nas suas políticas sectoriais. Os estudos demonstraram que as mudanças climáticas não eram incorporadas das atividades quotidianas das instituições.

Foi também feita a avaliação institucional do INM de forma a identificar as suas dificuldades. Esse estudo permitiu melhor delinear as intervenções no sentido de dotar essa instituição de equipamento para melhor responder a necessidade de colheita, tratamento e difusão de dados meteorológico. Digitalização de dados meteorológicos de mais de 50 anos.

Outro aspeto de grande importância desse estudo, diz respeito ao fato que o mesmo serviu de base para a elaboração e aprovação do projeto de alerta precoce que será financiado pelo GEF, que irá complementar as intervenções feitas pelo AAP.

Na sequência do diagnóstico institucional, o INM foi contemplado com equipamentos, nomeadamente 4 estações meteorológicas clássicas e 4 estação meteorológica automática, motorizadas impressora, scanner 2 computadores e 2 UPS. As estações meteorológicas foram instaladas nas localidades de Santa Catarina, Bombaim, Sundi e Porto Alegre, permitindo a essas instituições, melhorar de forma significativa a cobertura geográfica de colheita de dados e ao mesmo tempo melhorar a qualidade e fiabilidade das informações meteorológica.

No quadro dessa componente, o projeto conseguiu reunir cerca de 12 engenheiros provenientes de diversos departamentos e sectores para trabalhar sobre o sistema de Informação Geográfica, o que permitiu a elaboração da carta de vulnerabilidade, a carta de ocupação dos solos, cobertura vegetal, carta de inundação, etc.

Como resultado final desse processo, foi criado Grupo SIGNA e instalado e equipado o centro de observação ecológica para a produção em tempo real da carta do país sobre a situação ambiental através do sistema GPS.

O centro possui grande potencial em termos de produção e divulgação de dados e mapas meteorológicos, no entanto, carece de divulgação para que outros sectores da atividade económica e social possam recorrer a esses serviços e informação.

OUTPUT 2: Fortalecer as estruturas institucionais e de liderança para gerir de forma integrada, a nível local e nacional, os riscos e as oportunidades subjacentes às mudanças climáticas.

O projeto contribuiu também para o reforço de capacidades de instituições nacionais e de recursos humanos dotando estes de competências para que possam melhor lidar com a problemática de mudanças climáticas.

Para esse efeito dois documentos estratégicos importantes foram elaborados nomeadamente:

- O plano de contingência, que permitirá ao país responder as incertezas dos efeitos inesperados das mudanças climáticas;
- Estratégia Nacional de preparação e resposta às catástrofes naturais e o respetivo plano de ação, ao qual contou com a assistência técnica do Instituto Nacional para a Gestão das Catástrofes (INGC) do Moçambique.

Na sequência desses dois documentos foi criado o Conselho Nacional para a Preparação e Resposta a Catástrofe Natural – CONPREC através de um Decreto Governamental, visando a Gestão do Riscos de Catástrofe Natural.

Este processo permitiu dotar as instituições do país utensílios e instrumentos para desenvolver o esforço de prevenção e adaptação as mudanças climáticas.

A componente sensibilização e reforço ao nível das instituições e da população em geral serviu de meio para impulsionar a mudança de comportamento por parte das pessoas para levarem em conta a questão ambiental e o seu impacto nas atividades quotidianas. No entanto, ela deve ser complementada com outras intervenções, para que esses conhecimentos não caiam no esquecimento.

OUTPUT 3: Políticas e medidas, nacionais e sectoriais, sólidas ao nível climático concebidas, testadas e implementadas em sectores prioritários

Nesta componente 4 atividades de demonstração no distrito de Lobata foram realizadas. Elas visavam a sensibilização e melhoria a resiliência climática no distrito, construção de bases sólidas de experiências e gestão para duplicar essas atividades nos outros distritos do país.

Do ponto de vista financeiro, essa componente absolveu a maior parte dos recursos adstritos a projeto e também apresentou maior impacto e visibilidade as ações do projeto.

Desde logo, é de salientar o impacto do projeto na componente que incluiu o abastecimento de água às comunidades e os canais de irrigação para o desenvolvimento da agricultura e horticultura.

Os testemunhos recolhidos através da entrevista e visita ao terreno permitiram constatar que nessa componente o projeto contribui significativamente para a melhoria das condições de vida das pessoas:

- A irrigação permitiu que as pessoas retomassem a agricultura, aumentando a sua produção com a diversificação de atividades como horticultura, plantio de bananeiras;
- Algumas comunidades foram beneficiadas de água canalizada e lavandaria, o que permite as senhoras lavarem as roupas mesmo na comunidade sem

percorrerem grandes distâncias (cerca de 3 km) ou ter que se levantar as 4 horas da manhã para buscar água ou lavar roupa;

- Os fogões permitiram reduzir o consumo de lenha e custos com lavagem das panelas.

A reconversão dos produtores de carvão para a prática de agricultura combinada com a iniciativa de reflorestação, uma vez consolidadas poderão trazer um novo rosto para esse distrito do país que deste sempre foi fustigado pela seca e incêndios sistemáticos provocados por fenómenos naturais e muitas vezes pela própria ação do homem.

Outros feitos do projeto também merecem referência pelo seu impacto:

- Distribuição fogão ecológico em 5 comunidades piloto do distrito de Lobata, permitiu a diminuição do uso de carvão e lenha;
- As atividades do projeto permitiram que em algumas comunidades as pessoas se organizassem em cooperativas ou em grupos para garantir a sustentabilidade das infraestruturas e manutenção de canais de irrigação: na comunidade de Praia das Conchas constituiu-se uma cooperativa; Em Plancas I, Plancas II, Água Sampaio, foram criadas equipas de manutenção de canais de irrigação e limpeza dos depósitos de água.

Foram também construídas casas com materiais alternativos, casas com pouca utilização de arêa e madeira, materiais esses que são conhecidos como geradores de implicações climáticas. A construção dessas casas como iniciativa piloto, foi considerado, apesar dos constrangimentos ligados a própria circunstancia em que desenvolveu o processo, como sendo um bom teste, na medida em que deu ensinamentos positivos e negativos que poderão ser corrigidos nas próximas intervenções. Nesse quadro, deu-se início a construção de 10 casas, das quais foram concluídas 6 e as restantes 4 casas aguardam a apropriação por parte do Ministério das infraestruturas para efeito de conclusão.

No âmbito da construção de casas com matérias alternativos, a transferência de conhecimento foi fraca e o fato de os materiais serem caros, o que não permitiu que os moradores locais prosseguissem de forma autónoma a construção das suas próprias habitações.

Foram também elaborados estudos sobre o potencial energético do país os quais serviu de base para a implementação de energia solar na comunidade de Água Sampaio e mini – hídrica na comunidade de Caldeiras:

- O sistema de energia fotovoltaica e eletrificação que deverá beneficiar cerca de 300 pessoas e 40 famílias, em toda a comunidade de Água Sampaio;
- O sistema de Energia Hídrica deverá beneficiar cerca de 77 famílias e 480 pessoas;

O sistema de energia solar e mini-hídrica, para além do impacto que terá nas vidas das famílias que serão beneficiadas também, vem demonstrar a capacidade de produção de energia limpa com impacto positivo ao nível ambiental.

Não obstante o bom desempenho do projeto na realização dos objetivos propostos, e no alcance dos resultados, a avaliação identificou alguns constrangimentos que dever-se-á ter em conta, no futuro, em projetos deste género:

- A atividade de construção de lavandarias e chafarizes não tomou em conta o fato de que as pessoas utilizam as lavandarias e os chafarizes para tomar banho;

- Considerando tratar-se de um projeto-piloto, não se tomou em conta a fase pós-projeto para garantir a sustentabilidade de algumas atividades;
- O tempo de acompanhamento dos agricultores pelos consultores especialistas foi insuficiente para que os mesmos dominassem as técnicas e habilidades da agricultura resiliente;
- As pessoas que trabalharam na execução do projeto adquiriram conhecimentos e experiências, entretanto, com o término do mesmo regressaram a suas instituições de origem;
- Os longos processos e procedimento na gestão de aquisição de bens para o projeto condicionaram a execução de algumas atividades como a construção das casas com materiais alternativos e as centrais elétricas;
- O tempo de vigência do projeto foi insuficiente para a execução de algumas atividades que exigem um acompanhamento a médio prazo.

OUTPUT 4: Opções de financiamento para cobrir os custos de adaptação nacional expandida a nível local, nacional, sub-regional e regional

Nessa componente, a realização dos objetivos preconizados não correspondeu exatamente ao que se tinha preconizado no *Prodoc*. Fato esse, justificado pela ausência de um quadro legislativo Santomense que permitisse o financiamento de atividade geradoras de rendimento mediante o mecanismo de micro financiamento.

Nesse contexto, procedeu-se, através de um mecanismo participativo, a revisão desta componente do projeto passando a realizar as atividades que visam a organização do Agricultores da Praia das Conchas.

Assim, para efeito, o projeto apoiou a criação das Cooperativas dos Pequenos Agricultores de Praia das Conchas incluindo os carvoeiros que foram reconvertidos no âmbito do projeto para a prática de agricultura e horticultura.

Nessa componente foi desenvolvido também a elaboração da Lei das Floresta que permitirá uma melhor gestão dos recursos florestais, bem como, melhorar os mecanismos de gestão dos carvoeiros, certificando os mesmos.

OUTPUT 5: Capacidade e conhecimento para poder ajustar os processos de desenvolvimento nacional no sentido de incorporar plenamente os riscos e as oportunidades das alterações climáticas geradas e compartilhadas a todos os níveis, inclusive com o continente africano.

A abordagem integrada no esforço de adaptação foi suficientemente incorporada na estratégia de implementação do projeto.

Numa perspetiva de centralizar e disseminar documento e informações foi implementada uma biblioteca especializada onde estará publicado todos os estudos e documentos produzidos no âmbito do projeto, bem como os estudos e as publicações já elaborados mas que se encontram dispersos em diversos sectores e com pessoas singulares.

Foram realizadas ações de formação e sensibilização visando a educação ambiental nos vários distritos do país tendo sido beneficiados cerca de 200 líderes comunitários, 20 ONG's e responsáveis dos distritos para questões ambientais.

Ainda no âmbito de reforço de capacidade, vários técnicos foram formados fora do país e localmente. As formações abordaram temas com componentes técnicas sobre as mudanças climáticas.

No quadro dessa componente foi elaborado a estratégia de comunicação do projeto, que permitiu organizar o processo de divulgação dos feitos do projeto bem com melhorar o impacto da sensibilização nas mudanças comportamental dos beneficiários dos projeto. No entanto, o impacto dos resultados que se esperava com a elaboração desse importante documento ficou condicionado pelo fato de o mesmo ter sido elaborado tardiamente (no último ano do projeto).

Tabela 7 - Matriz da Performance do Projeto

Produto	Resultado	Objetivos/Performance	Comentários/Classificação
OUTPUT 1: Introduzir mecanismos de planeamento dinâmicos e de longo prazo para gerir as incertezas inerentes às mudanças climáticas.	RESULTADO ATIVIDADE 1: Os stakeholders nacionais produzem e aplicam informações essenciais para um melhor e mais consciente processo de tomadas de decisões ao nível climático.	Compilação de Estudos e actualização da estratégia Nacional de Adaptação as Mudanças Climáticas;	Bastante satisfatório
	RESULTADO ATIVIDADE 2: Capacidade de gestão e planeamento para a adaptação às mudanças climáticas aumentadas.	<ul style="list-style-type: none"> • Reforço das Capacidades da Conprec • Instalação do Centro de Observação ecológica – na direção Geral do Ambiente • Aquisição e instalação de estações metrológicas; • Aquisição de motorizadas e equipamentos informáticos; • Tratamento de dados • Elaboração do Regulamento das Leis da Floresta e do Parque Natural de Ôbo; Estudo do Sistema de Informação geográfica –SIG e SIGNA	; Bastante Satisfatório
OUTPUT 2: Fortalecer as estruturas institucionais e de liderança para gerir de forma integrada, a nível local e nacional, os riscos e as oportunidades subjacentes às mudanças climáticas.	RESULTADO ATIVIDADE 1: Capacidades técnicas e de liderança do governo nacional para responder aos riscos e às oportunidades das mudanças climáticas reforçadas.	Reforço das capacidades nos distritos ao nível dos líderes comunitários e ONGs, Etc. Reforço das Capacidades dos quadros da Comunicação Social (Jornalista); Campanha de sensibilização Comunitária e audiovisual;	Satisfatório
	RESULTADO ATIVIDADE 2: Criar uma plataforma multi-stakeholders para funcionar como conselheira nas questões de adaptação às mudanças climáticas e no desenho da estratégia da plataforma de coordenação e de lições aprendidas sobre as mudanças climáticas.	Estudo sobre a integração das Mudanças Climáticas e GRC da ENRP2;	Satisfatório
OUTPUT 3: Políticas e medidas, nacionais e sectoriais, sólidas ao nível climático concebidas, testadas e implementadas em sectores prioritários	RESULTADO ATIVIDADE 1: Políticas sólidas ao nível climático implementadas em sectores prioritários.	Realização de vários estudos: <ul style="list-style-type: none"> - Estudo sobre o sistema hídrico no Distrito de Lobata; - Estudo sobre a avaliação do estado do Instituto Nacional de Meteorologia; - Estudo sobre as opções de energia renovável no distrito de Lobata; - Estudo sobre Agricultura resiliente e gestão dos solos; Estudos sobre a floresta e agroflorestal	Bastante Satisfatório
	RESULTADO ATIVIDADE 2: Quatro atividades-piloto implementadas na região de Lobata	Apoio a Direção do Parque Obô (delimitação das áreas protegidas na zona Norte do País; Introdução da Agricultura resiliente (inventário dos carvoeiros) e agro-	Satisfatório

		<p>florestal na Comunidade de praia das conchas; Criação e formação da Cooperativa de Agricultores da comunidade de Praia das conchas; Introdução de energia renovável Fotovoltaica na comunidade de Água Sampaio do Distrito de Lobata; Introdução de Energia renovável (míni- hídrica) na Comunidade de Caldeiras no Distrito de Lobata; Trabalhos de Canalização de Água em 5 Comunidades pilotos Distrito de Lobata; Trabalhos de Irrigação na Comunidade de Praia das Conchas; Construção de 6 Casas com materiais alternativos em Guadalupe; Instalação de energia fotovoltaica (5) nas casas com materiais alternativos; Introdução de fogão ecológico em 5 Comunidades piloto do distrito de Lobata; Trabalhos de Urbanização no local de construção das casas com materiais alternativos; Construção da sede de cooperativa dos pequenos agricultores – COAPC nas comunidades de Praia das Conchas;</p>	
OUTPUT 4: Opções de financiamento para cobrir os custos de adaptação nacional expandidas a nível local, nacional, sub-regional e regional	RESULTADO ATIVIDADE 1: Desenvolvimento de um quadro de financiamento das atividades de adaptação em STP no maio Rural	Apoio à cooperativa para aquisição de equipamentos; Estudos sobre Vulnerabilidade de Género e Mudanças Climáticas;	Insatisfatório
	RESULTADO ATIVIDADE 2: Iniciativas-piloto de microfinanciamento para o apoio à adaptação às mudanças climáticas investigadas e exploradas.	Reforço das Capacidades dos Nacionais ao nível regional;	Insatisfatório
OUTPUT 5: Capacidade e conhecimento para poder ajustar os processos de desenvolvimento nacional no sentido de incorporar plenamente os riscos e as oportunidades das alterações climáticas geradas e partilhadas a todos os níveis, inclusive com o continente africano.	RESULTADO ATIVIDADE 1: Instituições-chave documentam, difundem e influenciam políticas e respostas programáticas para a adaptação em sectores prioritários a nível nacional e internacional.	Elaboração da estratégia de Comunicação e Manual sobre Mudanças Climáticas; Criação de instrumentos de troca e divisão de conhecimentos; Implementação de biblioteca de referência e aquisição de equipamentos; Trocas de experiências ao nível internacional (participação no COP16, COP17 e Rio+20)	Bastante Satisfatório

4.3.2. Sustentabilidade

A avaliação analisou as medidas tomadas de forma a garantir a sustentabilidade das ações e a adequação das metodologias à apropriação por parte dos atores e o desenvolvimento de capacidades locais.

O contexto de desenvolvimento dos projetos em São Tomé e Príncipe coloca sérios desafios no que toca a sustentabilidade tendo muitos dos projetos falhado na continuidade das suas ações.

Em última análise, a sustentabilidade só será assegurada quando a parte nacional e os beneficiários do projeto tiverem capacidade financeira para financiar o seu próprio processo de continuidade e sejam capazes de o fazer sem recursos externos. Deste ponto de vista, a sustentabilidade das ações é baixa em alguns casos, já que ainda não está criada a capacidade endógena de mudança a nível dos beneficiários do Projeto.

No entanto, há outros princípios e instrumentos para conferir sustentabilidade que as ações incorporam, sendo o mais importante de todos a apropriação, já previamente analisado. Outro princípio é a inserção dos projetos nas políticas nacionais e o diagnóstico aprofundado e conjunto das necessidades.

No quadro do projeto, foram desenvolvidas estratégias para assegurar a capacidade dos beneficiários de continuarem os projetos, através, por exemplo, da formação e capacitação, poderão assegurar a replicação desses conhecimentos, numa lógica partilha de experiências e na resolução conjunta de problemas.

A apropriação é um dos mecanismos integrante da avaliação do projeto destinado a fornecer indicação da sustentabilidade futura do projeto. Esta avaliação final identificou vários indicadores que desmontam que o projeto AAP foi executado e conduzido pelo Governo de São Tomé e Príncipe, stakeholders e beneficiários.

- 1) Como se demonstrou anteriormente o projeto AAP está alinhado com as prioridades e planos de desenvolvimento do país. Aos quais inclui as prioridades nacionais inscritas na ENRP e outros documentos de referencia para a planificação nacional;
- 2) A implementação do Projeto envolveu a participação de várias instituições governamentais e sociedade civil tanto ao nível de execução das atividades, coordenação, gestão e supervisão;
- 3) O projeto permitiu o desenvolvimento de capacidade dos stakeholders, permitiu a criação de legislação que poderá contribuir para a consolidação do processo de adaptação as mudanças climáticas em São Tomé e Príncipe;
- 4) A Criação de Cooperativa dos pequenos agricultores e horticultores foi também um dos mecanismos que se encontrou para a consolidação dos atividades numa perspetiva pós projeto, uma vez que servirá coma uma plataforma no seio da comunidade, para discutir os problemas, procurar soluções e motivação para prosseguir com as atividades;

Ainda no âmbito da sustentabilidade e continuação dos benefícios apos o término do projeto, a avaliações constatou que existem, alguns fatores de riscos que possam vir a

afetar a continuidade dos resultados do projeto. Essas fontes de riscos podem ser subdivididas três categorias de riscos: financeiros, socioeconômicos e institucionais.

Risco Financeiro - Os recursos financeiros utilizado no projeto, foi donativo do Governo de Japão, sendo este o único financiador. Este aspeto é particularmente crítico no âmbito da sustentabilidade das ações uma vez que ao terminar Projeto diminui também a possibilidade continuação de algumas atividades importantes ainda não consolidadas, que requerem injeção de novos recursos.

Risco social – o processo de conversão dos carvoeiros em agricultores e horticultores, não foi suficientemente abrangente para cobrir todos que têm essa atividade como a principal fonte de rendimento no distrito. Um grupo significativo de carvoeiros que não tinham título de posse de terra para cultivo não foi contemplado. Esses continuarão essa prática e o que poderá prejudicar os resultados já alcançados.

Risco institucional – o Projeto utilizou uma abordagem de implementação que envolveu as diversas direções nas atividades específicas. No entanto em alguns casos essas mesmas direções não se sentiram executores diretos das atividades e portanto o índice de apropriação nesses casos é baixo.

4.3.3. Reprodutibilidade

O projeto demonstrou um enorme potencial para adaptação as mudanças climáticas no distrito. A Câmara Distrital de Lobata com base na experiência deste projeto pretende implementar o modelo de irrigação para outras comunidades como: Água Coimbra, Poso Alto, Campo , Boa Esperança e Monte Carmo.

O Projeto AAP serviu para se poder replicar algumas experiências em outros projetos: como os usos dos dados meteorológicos para o projeto de Adaptação de Mudanças climáticas na zona costeira; replicar a construção das casas em Água Marçal e Reboque; criação de um comité nacional para as Mudanças Climáticas.

5. Apreciação Global do Projeto

Tabela 8 - Classificação para a Performance do Projeto

	Classificação	Comentários do Avaliador
Seguimento e Avaliação		
Qualidade Global de S&A	Satisfatório	O projeto estabeleceu metas a serem atingidas no decurso da sua implementação, as quais foram específicas, mensuráveis em alguns casos, no entanto, não foram realísticas tendo em conta o horizonte temporal inicialmente estabelecidos;
Formulação do sistema de S&A no Início do Projeto	Bastante Satisfatório	A formulação do projeto envolveu vários stakeholders e conceito do projeto foi adequadamente assimilado
S&A na Implementação do Projeto	Satisfatório	O plano de seguimento e avaliação foi suficientemente orçamentado e implementado tanto da parte do Governo como do PNUD
Implementação/Execução		
Qualidade Global de Implementação/Execução	Satisfatório	Tanto o PNUD como a Agencia de execução, demonstraram uma orientação para o resultado e um compromisso com a missão. Contudo, tratando-se de um projeto pelito e com pessoas vidos de sectores diferente foi necessário algum tempo para assimilar o conceito do projeto e acordarem a melhor forma de operacionalizar.
Agencia de implementação Execução	Satisfatório	Forte controlo financeiro, incluído reporte, plano anual de trabalho, permitiu um controlo orçamental e uma gestão eficaz do projeto;
Agencia de Execução	Satisfatório	O governo através da Direção Geral do ambiente e a Unidade de Coordenação do projeto realizaram de forma eficaz os resultados do projeto;
Resultados		
Qualidade Global de Outcomes	Bastante satisfatório	Tratando-se de um projeto piloto, os progressos conseguidos em termos de resultados globais foram bastante positivos.
Relevância	Bastante satisfatório	Os objetivos da intervenção são relevante tendo em conta as vulnerabilidades que o país apresente no que toca as alterações climáticas;
Eficácia	Satisfatório	A implementação das atividades responderam os objetivos no entanto apresentou alguns constrangimentos que limitou o seu desempenho, derivado do fato de o projeto a abordagem do projeto não ter sido devidamente assimilada logo no início do projeto e o horizonte temporal ser muito curto;
Eficiência	Satisfatório	Os desembolsos financeiros, corresponderam os objetivos que o projetos aspirava atingir;
Função Catalisadora		
Demonstração	Satisfatório	O projeto realizou várias ações de reforço de capacidade disseminou diversas informações e realizou ações de reforço da capacidade. No entanto, o fato de a estratégia comunicação ter sido elaborada tardiamente condicionou a o impacto da mesma;
Replicação	Bastante Satisfatório	As atividades do projeto e técnicas estão a ser replicadas por outros projeto em curso e pela própria Direção do Ambiente;
Sustentabilidade		
Probabilidade Global do Risco de Sustentabilidade	Satisfatório	A maior parte das atividade já implementadas pelo projeto os riscos que podem comprometer sustentabilidade dos resultados são moderados;
Recursos Financeiros	Marginalmente insatisfatório	Apesar de os feitos do projeto estarem adstritos as direções de tutela, não existe evidência de orçamentação por parte do OGE visando especificamente a continuação das referidas atividades;
Socioeconómica	Bastante Satisfatório	As comunidades e o INM que são os principais beneficiários do projeto demonstraram um elevado senso de participação;
Quadro institucional e Governação	Satisfatório	O Quadro legal, político, a estrutura de governação e processo ao qual desenvolveu o projeto foi adequado para a continuação das atividades do projeto; Apesar das direções técnicas terem sido envolvidas, em alguns casos não foram executores diretos do projetos;
Resultados do projeto em geral	Satisfatório	O projeto teve um desempenho satisfatório em termos da performance global em relação ao objetivo.

6. Lições aprendidas

A liderança e a capacidade de engajamento e envolvimento das pessoas no trabalho constituíram um mecanismo de mobilização bastante eficaz. O trabalho no terreno desenvolvido pela coordenação do projeto envolvendo ela mesma em determinadas tarefas constituiu um mecanismo de motivação, entusiasmo e engajamento das comunidades em que o projeto teve intervenção.

A participação comunitária constitui um elemento fundamental na abordagem a questões de desenvolvimento. Nesse contexto os moradores das comunidades rurais foram os atores fundamentais para o sucesso das intervenções nas suas comunidades.

A programação antecipada constitui uma ferramenta chave para o sucesso das atividades. A precipitação e a improvisação não são desejáveis nesse tipo de projeto.

Nenhum pagamento pode ser feito sem que a equipa de fiscalização tenha feito o seu trabalho de campo.

A diversificação das atividades dos pequenos agricultores foi apontada como a melhor maneira de assegurar a regularidade dos rendimentos da agricultura de subsistência através da produção de horticultura.

O impacto do projeto parece significativo para comprovar o grande potencial de adaptação às mudanças climáticas entre os agricultores de subsistência comunitária, através das atividades identificadas e implementadas e no processo contribuindo para benefícios ambientais globais.

O projeto demonstrou que é possível mudar as coisas e pôr as terras a produzir plenamente.

7. Conclusões e recomendações

7.1. Conclusões

Processo de formulação

O projeto AAP isto é, as suas áreas de intervenção coincidem com, os eixos dos documentos de planificação do país. Pode se dizer, portanto, que o projeto tal como foi formulado é relevante no sentido em que está organizado de forma a responder às prioridades nacionais.

O projeto foi financiado pelo Governo de Japão, implementado pelo PNUD e executado pelo Ministério das Infraestrutura, Recursos Naturais e Energia, numa abordagem *multi*

- *stakeholders*, incluindo outros ministérios, pessoas singulares, empresas privadas e ONG's.

O prazo estipulado inicialmente para a implementação das atividades do projetos foi demasiado curto e irrealista se tomarmos em atenção que se trata de um projeto piloto de adaptação (conceito novo e implementação é necessário tempo) que requer um período alargado de aprendizagem e assimilação da abordagem de projeto.

Implementação

A dimensão do mercado e a carência de especialistas em determinadas áreas prejudicaram o desempenho do projeto na medida em que, obrigou muitas vezes o recurso aos especialistas estrangeiros e estes muitas vezes não estão dispostos em aceitar as propostas de prestação de serviço pelos montantes propostos. Além disso, a limitada capacidade de armazenagem de produtos obriga a que se importe pequenas quantidades de produtos e materiais.

Constatamos que nas comunidades onde houve um maior envolvimento da população desde a identificação dos problemas até a resolução a garantia de sustentabilidade é mais alta. Por exemplo, a comunidade de Água Sampaio, a instituição responsável pela execução das atividades de captação de água não aproveitou a mão-de-obra local. Por isso, verifica-se atualmente pouco envolvimento da comunidade na manutenção da rede, contrária às de outras comunidades como Plancas Primeira onde a comunidade foi envolvida em todo o processo desde a identificação da fonte, a via por onde passaria a rede de captação e a mão-de-obra para a implementação da rede.

Apesar de um ano de extensão do projeto constatou-se que o tempo de execução do projeto foi muito curto para executar as atividades previstas, particularmente num contexto de adaptação as mudanças climáticas, algo que é novo para os intervenientes no projeto. Nesse sentido a avaliação do impacto de algumas atividades ficaram condicionadas ao fator tempo, nomeadamente o acompanhamento do processo de reflorestação que se precisava de mais tempo para observar a sua resistência aos fenómenos naturais.

O modelo de execução do projeto poderia ser mais eficiente e garantir maior apropriação e continuidade das atividades se contemplasse mecanismos que permitiria os sectores técnicos (Direção da Floresta, Direção da Agricultura, Direção dos Recursos Naturais, Água e Energia, e outras) a executar diretamente as atividades. Não obstante a execução financeira estivesse ao cargo da unidade de coordenação;

Uma das razões apontadas para o fraco desempenho do processo de reflorestação na componente plantio das árvores é que não houve envolvimento adequado dos técnicos da Direção da Floresta de forma a permitir que continuassem o acompanhamento do processo durante e pós projeto.

O fato de que a estratégia de comunicação ter sido elaborada no final do projeto condicionou a sua eficácia. Em alguns casos, constatou-se que as atividades de sensibilização não geraram mudanças efetivas de comportamento. Esse processo de sensibilização deveria estar presente desde o início até o final do projeto, sobretudo quando esta sensibilização se prende com mudanças de comportamentos referentes às práticas de abate das árvores e ao fabrico de carvão.

O projeto não contemplou a reconversão de carvoeiros que não tinham terras. Por conseguinte, apesar da sensibilização feita pelo projeto, há um risco imenso para que esses carvoeiros continuem com a mesma prática de abate das árvores e do fabrico de carvão; Outro risco é que os jovens agricultores que não têm título de terra, que cultivam terras “arrendadas”, por não serem proprietários o projeto não os incluiu na lista de beneficiários e, por conseguinte os canais de irrigação não chegam às essas terras. Essa situação pode fazer com que esses jovens retomem as atividades de fabrico de carvão;

Resultados

A análise da execução financeira do projeto dá-nos conta de uma boa execução do projeto tendo atingido uma taxa de execução financeira global de cerca de 98%. Apesar de a execução financeira não ser o melhor indicador para aferir sobre os resultados do projeto, ele dá-nos a indicação sobre a capacidade institucional e organizativo da gestão do projeto.

Tratando-se de um projeto piloto e com uma bordagem nova para a maior parte dos stakeholders, os resultados alcançados em alguns dos produtos e os progressos conseguidos para atingirem os resultados esperados noutros produtos, foram bastante positivos.

O sistema de irrigação implementado teve bastante impacto nas comunidades na medida em que revitalizou a prática de agricultura e, por conseguinte, diminuição de fabrico do carvão e abate das árvores. Atualmente, temos os moradores das comunidades beneficiadas mais motivados e entusiasmados.

7.2. Recomendações

Formulação

A avaliação recomenda o seguinte:

- A estratégia de comunicação deve ser elaborada antes do início do projeto de forma a poder capitalizar os impactos dos projetos e atribui-lo maior visibilidade;

- A comissão de Mudanças Climáticas deve funcionar como uma verdadeira plataforma de coordenação de todas as iniciativas e projetos sobre as mudanças climáticas e no domínio de desenvolvimento durável em São Tomé e Príncipe;
- Criação de um centro de adaptação em São Tomé e Príncipe para a gestão de riscos catastróficos, adaptação às mudanças climáticas;

Implementação

No âmbito da coordenação e execução do projeto, a avaliação recomenda o seguinte:

- Tendo em conta o número cada vez crescente de projetos e a perspectiva de maximizar a sua eficiência, criar uma equipa permanente de gestão de projetos de adaptação de mudanças climáticas (Unidade de gestão de projetos de mudanças climáticas apoio pelo PNUD) o que permitiria aproveitar os recursos humanos que possuem o conhecimento e experiência suficiente para a melhor execução do projeto;
- As Direções Nacionais devem ser os agentes responsáveis pelas atividades técnicas direta, uma vez que são nessas direções que se encontram os especialistas das áreas-chaves;
- Envolver a autarquia desde o início do projeto na componente de fiscalização;
- As atividades que requerem competência técnica devem ser acompanhadas ou assistidas tecnicamente pelos especialistas ou técnicos das direções afins: por exemplo, agricultura, floresta;
- Para que o processo de sensibilização produza efeitos mais significativos é preciso que o mesmo, esteja presente desde o início e acompanhe todo o projeto até o seu término;
- A reconversão dos trabalhadores deve ter em conta também e/ou principalmente os que se dedicam exclusivamente às práticas de deflorestação da natureza;
- Identificar áreas para fabrico de carvão: essa ação ajudaria a evitar os incêndios e também a garantir a preservação da natureza;
- Recorrer com maior frequência ao recrutamento de consultores e especialistas locais;
- Para o futuro, analisar com cuidado os custos e os benefícios das casas ecológicas e escolher o modelo apropriado para as necessidades climáticas do país e da capacidade financeira do cidadão.

Resultados

Para as novas intervenções no domínio de reconversão das pessoas envolvidas em práticas de deflorestação:

- Mobilizar técnicos da Direção da Agricultura para continuar a assistir tecnicamente os agricultores beneficiados do projeto;

- Investir em estufas para permitir que os horticultores possam cultivar ao longo do ano, evitando assim de buscar alternativas para rendimento como o fabrico de carvão;
- Investir em atividades complementares que permita diversificação e a geração de receita como criação de animais;
- Nas próximas intervenções, construir um depósito de água para os jovens agricultores da Roça Praia das Conchas que não possuem título de terra para poderem beneficiar-se dos canais de irrigação;
- Construir um depósito de água na comunidade Plancas Primeira e também um canal de irrigação para os agricultores tanto para Comunidade de Plancas Primeira como a de Plancas Segunda;
- Construir balneários nas comunidades onde foram construídas as lavandarias.

Sustentabilidade

No domínio da sustentabilidade do projeto recomenda-se:

- O Governo e o PNUD devem encontrar mecanismos para capitalizar as pessoas que trabalharam no projeto, na medida em que o projeto serviu de um viveiro de aprendizagem e reforço de capacidade de uma lista longa de pessoa dos diversos sectores, ao qual seria muito útil para a gestão dos recursos humanos ao nível nacional; para esse efeito deverá ser elaborado uma base de dados de todos os intervenientes do Projeto bem como a sua área de intervenção no projeto e das pessoas que foram capacitadas pelo projeto e fazer uma cartografia das intervenções;
- Estabelecer parcerias com Câmara Distrital, Associações Comunitárias e ONG's, para acompanhamento e fiscalização das ações que merecem continuidade, como no caso de florestação, sensibilização das comunidades sobre as boas práticas ambientais;
- Reforçar a capacidade institucional da Câmara Distrital para a fase pós-projeto: dotar a Câmara Distrital e/ou a comunidade de meios para a fiscalização e manutenção das lavandarias e chafarizes;
- Que a Camara Distrital preste apoio institucional à Associação dos agricultores de Praia das Conchas a fim de garantir a estabilidade organizacional da mesma;
- Para que as terras continuem a produzir plenamente é preciso criar um “homem novo” no mundo rural através da assistência técnica, sensibilização, informação, formação e educação.

8. Bibliografia

1. Governo de São Tomé e Príncipe. (2005). *Estratégia Nacional de Redução da Pobreza - Programa de Ações Prioritárias 2006-2008*. São tomé: Ministério do Plano e das Finanças.
2. Governo de São Tomé e Príncipe. (2002). *Estratégia Nacional de Redução da Pobreza*. São Tomé: Ministério de Plano e Finanças.
3. PNUD. (2008). *Objectifs du Millénaire pour le Développement ; Deuxième Rapport National de Suivi* . Sao Tomé.
4. Plano de Trabalho Anual: Projeto Adaptação as Mudanças Climáticas, 2010, 2011 et 2012;
5. PNUD (2013). Note D'analyse et de Transfert des activités do Project PAA au Gouvernement de République Démocratique de São Tomé et Príncipe dans le cadre du Project AAP
6. Ngoma Laurent – Chargé de Programme (2010) Repport Final de Projet ;
7. Relatório de visitas realizadas no âmbito do Projeto AAP para o Distrito de Lobata/ São Tomé e Príncipe ;
8. Ngoma Laurent – Chargé de Programme - Compte Rendu de participation a L'atelier régional sur l'analyse économique des changements climatique : Analyse et reporting selon le modèle rocardien a Acra – Gana – du 25 ou 29 juin 2012 dans le cadre du project AAP ;
9. Arlindo Carvalho – Relatórios de atividades Trimestrais
10. Aida D'almeida : Relatórios trimestrais
11. Ngoma Laurent – Chargé de Programme – Résumé du plan opérationnel de suivi du project AAP a São Tomé et Príncipe au 3eme Trimestre Juillet – Septembre 2011 ;
12. Ngoma Laurent – Chargé de Programme – Résumé du plan opérationnel de suivi du project AAP a São Tomé et Príncipe au 2eme Trimestre Juillet – Septembre 2011 ;
13. Ngoma Laurent – Chargé de Programme – Résumé du plan opérationnel de suivi du project AAP a São Tomé et Príncipe au 1eme Trimestre Juillet – Septembre 2011 ;
14. Compte rendu de la réunion d'évaluation du 20 Octobre 2010 du programme africain d'adaptation a São Tomé et principe ;
15. Maurice TSALEFAC – Relatório d'avaliação dos progressos da execução do desenvolvimento sustentável em São Tomé e Príncipe ;
16. Relatório de Auditoria ao Projeto 2011 ;
17. Arlindo Carvalho ; Ngoma Laurent ; Aida Almeida : Relatório de Vista de Estudo 16 a 19 de Setembro de 2011 a Libreville Gabão ;
18. Relatórios Financeiros trimestrais;
19. Ngoma Laurent – Chargé de Programme - Compte Rendu mission de formation professionnel dans le grade du project AAP a Casa Blanc – Maroc du 18 au 20 Avril 2011 ;
20. Horácio Cravid - Relatório de Atelier de Concertação sobre Microcrédito em São Tomé e Príncipe no quadro do Projecto ;
21. UNDAF. (2006) Cadre d'Aide au Développement Des Nations Unies à São Tomé et Príncipe (2007 –

22. 2011), São Tomé, São Tomé et Príncipe, UNDAF.

9. Anexos

9.1. Anexo I - Lista das Pessoas contactadas

Tabela 9 - Lista das Pessoas Contactadas

Instituição	Nome da Pessoa	Função
Laurent-Mascar Ngoma	PNUD	Programme Specialist
Sabina Ramos	PNUD	Programme Analyst
Direção Geral do Ambiente	Arlindo Carvalho	Diretor Geral do Ambiente
Projeto AAP	Aida	Coordenadora
Direção das Florestas	Sabino Carvalho	Técnico
INM	João Vicente	Diretor
ONG-NEPAD	Jaime Menezes	Presidente
Convenção UNCCC	Adérito Santana	Ponto Focal - Mudanças Climáticas
Camara de Lobata	Hermenegildo Santos	Presidente da Camara
Camara de Lobata	Arlindo Albuquerque	Vereador da Camara
Direção Geral do Ambiente	Lourenço Monteiro	Direção de Educação Ambiental e Estatística;
Cooperativa dos Agricultores/ Líder Comunitário/ Beneficiários de Praia das Conchas	Cláudio Cícero Tavares Gabriel Paulo Lopes Moisés Lima Monteiro Alberto Aida Jaime Isildo Medes Pires Adnizo Mendes Armindo Mendes Daviilson Rocha Julho Mendes Inácio Matabel Benvindo Pires	Beneficiários
Líder Comunitário/ Beneficiários de Água Sampaio	Elísio Ceita Marilo Brito Borges Cleria Soares Constâncio Afonso Wilson Semedo Lídia Semedo Vani da Silva Estevão Damião Nelson Domingos Carvalho	Beneficiários
Líder Comunitário/ Beneficiários de Plancas Praia	Digo Lazaro Afonso	Beneficiários
Beneficiários de Plancas Primeira	António Mendes	Líder Comunitário
Beneficiários de Plancas Segunda	Martins dos Santos Loreço Maurício Afonso André José Nicolau Romão Lopes Tavares Tenilson Quaresma de Sacramento Gilmar Freitas Martins Gelsira Tavares do Rosário	Beneficiários

9.2. Anexo II - Guião de Entrevistas

1. Formulação do Projeto

- 1.1. O Projeto responde às prioridades de São Tomé e Príncipe e foi alinhado com os planos e políticas (relevância e alinhamento)? Em termos concretos como é que se processou esse alinhamento? Como foi o processo de negociação do Projeto (que mecanismos, quem esteve envolvido, que métodos de participação, etc.). Que problemas se levantaram, como foram ultrapassados?
- 1.2. Foram introduzidas alterações à programação durante a vigência do Projeto? Porquê? Houve consulta dos beneficiários?
- 1.3. Estão alinhados com os objetivos da PNUD? (relevância para PNUD)
- 1.4. Estão alinhados com os objetivos da cooperação PNUD e Governo? (relevância para a Governo)
- 1.5. De que modo satisfaz os objetivos da sociedade civil?
- 1.6. Em que medida é que os objetivos do Projeto se mantêm válidos?
- 1.7. O alívio da pobreza foi uma preocupação suficientemente integrada no Projeto? Como? Área de intervenção/Projetos
- 1.8. Os objetivos das Ações são consistentes com o Projeto? Quem esteve envolvido neste alinhamento?
- 1.9. As atividades e resultados dos projetos são consistentes com os objetivos específicos e globais?

2. Implementação do Projeto em termos de adequabilidade dos instrumentos

Resultados obtidos em relação aos recursos utilizados

- 2.1. Qual o balanço do custo/benefício das intervenções? Há documentos que avaliem esta relação?
- 2.2. Os recursos (humanos e financeiros) disponibilizados, em quantidade e no tempo oportuno, foram os adequados para a gestão do Projeto? Porquê?
- 2.3. Os instrumentos seleccionados, incluindo o envolvimento das ONG, foram os melhores/mais adequados para alcançar os objetivos, existindo argumentos/razões para a sua escolha?
- 2.4. Como foram controlados e minimizados os efeitos de má gestão ou apropriação indevida de recursos? Foram detectados casos? Como foram resolvidos?
- 2.5. O processo de aprovação dos projetos teve por base os critérios acordados e as regras e procedimentos em vigor? Todos os projetos? Só alguns e quais?

3. Coordenação e complementaridade

- 3.1. O Projeto foi complementar e coordenado com os esforços (intervenções/recursos/financiamentos) de outros doadores internacionais em São Tomé e Príncipe (coordenação e harmonização)? Quais as medidas para isso? Que documentos há sobre a implementação deste processo e sua avaliação?
- 3.2. Foi dada atenção suficiente à coordenação dos requisitos de planeamento, execução e desembolso financeiro e mecanismos de prestação de contas entre PNUD e Governo? Há documentos de avaliação (relatórios)?
- 3.3. Em que medida existe coordenação e complementaridade entre os vários agentes da envolvidos no projeto (complementaridade e coordenação entre os vários agentes)?

4. Nível de implementação das recomendações

- 4.1. Que alterações foram introduzidas em consequência das recomendações produzidas pelas missões de avaliação? Há documentos onde estas alterações estejam referidas? Desde a sua implementação houve algum tipo de avaliação aos resultados produzidos pelas alterações? Há documentos onde isto esteja referido?

5. Resultados:

Resultados obtidos em relação aos objetivos

- 5.1. Os objetivos da foram atingidos? (na área de intervenção específica)
- 5.2. O Projeto foi implementado de acordo com o programado? Há documentos de avaliação (relatórios)?
- 5.3. Em que medida é que os objetivos do Projeto foram atingidos?
- 5.4. Quais os fatores que influenciaram o cumprimento ou não dos objetivos (ações do Projeto)?
- 5.5. Foi feita a integração de boas práticas tendo em conta outras experiências de outros projetos internacionais de modo a aumentar a eficácia do projeto?

Área de intervenção/ações

- 5.6. Em que medida é que os objetivos ações foram atingidas?
- 5.7. Os resultados das atividades foram satisfatórios para alcançar os objetivos pretendidos? É possível medir os resultados? Que documentos de projeto existem? Que mecanismos de acompanhamento existem?
- 5.8. As intervenções das ONG apoiadas foram devidamente incluídas/consideradas para maximizar a eficácia do Projeto? Como? Quais os critérios de escolha dos projetos a apoiar?

IMPACTO

- 6.1. Que efeitos ou impactos globais foram detectados na sociedade São -Tomense em consequência da vigência do Projeto? Há documentos sobre isso?
- 6.2. Que impactos em termos sectoriais (1) na capacitação institucional, (2) desenvolvimento sustentável e luta contra a pobreza?
- Áreas de intervenção/projetos
- 6.3. Que efeitos ou impactos globais foram detectados na sociedade São-Tomense em consequência da vigência do projeto? Há documentos sobre isso?

23. SUSTENTABILIDADE

- 7.1. Foi assegurada a sustentabilidade técnica, financeira, económica e institucional de cada um dos eixos estratégicos inscritos no Projeto? Como?
- 7.2. Foi aplicada a metodologia/tecnologia adequada e garantida à sua apropriação? Há alguma avaliação sobre isto?
- 7.3. Houve desenvolvimento das capacidades locais? As intervenções foram estruturantes? Como é que se avalia. Quais os casos de sucesso e insucesso?
- 7.4. Foram fixadas metas específicas para as intervenções e sua sustentabilidade, estabelecidos indicadores específicos durante a implementação? Para que tipo de projetos (entidades responsáveis)?

24. LIÇÕES APRENDIDAS E RECOMENDAÇÕES

- 8.1. Que mecanismos/sistemas de acompanhamento?
- 8.2. Como se poderá, em futuras programações, reforçar a articulação com o quadro PNUD e STP?
- 8.3. Que recomendações para a futuros Projetos e eixos a apoiar?